

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO E SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Notas 15
de biblioteca

Culturas digitais:

movimentos e
possibilidades



Notas 15
de biblioteca

**Culturas
digitais:**
movimentos e
possibilidades

SP LEITURAS • SÃO PAULO • 2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca de São Paulo

C9686

Culturas digitais: movimentos e possibilidades / Sarah Ogembo, Delfina Lázaro Mateus, Paulo Carrano... [et al]. Organizado por SP Leituras; ilustração de Barah Ilustra; Revisão Tikinet - São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, 2022.

5.205.130 bytes (Notas de biblioteca; 15)

ISBN 978-65-89169-28-4

1. Culturas digitais 2. Biblioteca Pública 3. Bibliotecas digitais

I. Ogembo, Sarah. II. Mateus, Delfina Lázaro. III. Carrano, Paulo.

CDD 025.04

Índices para o catálogo sistemático

1. Bibliotecas digitais 025.04

2. Bibliotecas Públicas 027

2022

Todos os direitos desta edição reservados

à SP Leituras

Rua Faustolo, 576, Água Branca

São Paulo, SP, 05041-000

www.spleituras.org

Edição: Maria Luiza Paiva

Projeto gráfico/diagramação: Passarim Design&Barulho

Ilustrações: Barah Ilustra

Revisão: Tikinet

Notas 15
de biblioteca

Culturas digitais:

movimentos e
possibilidades



Apresentação

O conhecimento que alia tecnologias e humanidades inscreve-se no mapa da atualidade, cuja particularidade mais notória é a ampliação da capacidade de armazenamento e memorização de informações, dados e formas de cultura e saberes. Pessoas de todo o planeta estão interligadas, compartilhando e divulgando impressões e difundindo ideias, em um ambiente de interação entre os mundos físico e virtual, presente em tudo aquilo que nos faz pensar e viver em sociedade hoje. O desafio de integrar estes universos, em tempos de dissolução de contornos claros, acaba por revelar a necessidade premente do diálogo.

O título desta coletânea - Culturas digitais: movimentos e possibilidades - já diz a que veio e sintetiza bem todo este contexto que é, a um só tempo, local, regional, nacional, continental e global. Neste momento, abre-se o espaço necessário para acolhimento dos debates em torno das temáticas que perpassam os paradoxos centrais da era digital, tais como a equidade, acessibilidade e inclusão no ambiente digital, desinformação, mediação educativa e o ativismo das juventudes em um cenário distópico.

Temos o privilégio de ter aqui reunidos vários autores e autoras que trazem experiências de pesquisa e partilha de vivências cotidianas apresentadas na

décima terceira edição do Seminário Internacional Biblioteca Viva Culturas digitais: movimentos e possibilidades, realizado em julho de 2022, no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo, tendo expandido seu território de ação para a Biblioteca de São Paulo e Biblioteca Parque Villa-Lobos.

Foram três dias de reflexões e interlocuções valiosas, que reuniram 380 participantes de 95 cidades brasileiras, contando com 30 convidados internacionais de cinco países, entre eles Quênia, Alemanha, Moçambique e Chile. Ali, entre múltiplas experiências compartilhadas, em um sedutor mergulho na amplitude do mundo das culturas digitais, toda a força se concentrava no momento presente, até se chegar num pensamento simples e conclusivo: o encontro como um dos principais valores humanos. Vale registrar que o evento retomou seu formato presencial, após dois anos, em decorrência das medidas de isolamento social impostas pela pandemia do covid-19 (2020 e 2021).

Neste trajeto, esta publicação tem o condão de compartilhar e difundir os conhecimentos acumulados pelos participantes deste encontro de ideias e pessoas, como parte das iniciativas e ações da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo que alimentam o trabalho de capacitação dos profissionais e a circulação de informações para as 438 bibliotecas de 272 municípios paulistas integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SisEB).

Ao atualizar as discussões sobre as culturas digitais e as diferentes formas de contato com o público proporcionadas pela tecnologia, a competência e

excelência dos autores e autoras imprimem – física e virtualmente - a memória presente e futura para a implantação de um modelo de gestão de bibliotecas híbrido, com total convergência entre o mundo físico e virtual.

Os artigos aqui transcritos, certamente, auxiliarão os profissionais da área em suas buscas por novas formulações para suas ações. Portanto, esta edição é dedicada, sobretudo, àqueles que conduzem suas práticas na perspectiva do diálogo e do conhecimento, conscientes da importância do fortalecimento do trabalho em rede para a ampliação de iniciativas que possibilitem a garantia dos direitos à leitura para todos.

Por fim, diante da complexidade de se pensar a biblioteca como um equipamento de potência subjetiva, capaz de redimensionar suas mais vastas áreas de atuação e ativar sua dimensão transformadora, uma coisa é certa: avançamos, sem que sejamos autorizados a esquecer trajetórias já percorridas.

Boa leitura!

ÍNDICE

SARAH
OGEMBO

11



SERVIÇO DA BIBLIOTECA
NACIONAL DO QUÊNIA:
**em defesa da equidade
de acesso à informação
por meio de produtos
e serviços digitais**

DELFINA
LÁZARO MATEUS

25



ACESSIBILIDADE
DIGITAL PARA JOVENS:
**abordagens e ações
para a inclusão**

PAULO
CARRANO

39



JUVENTUDES, POLÍTICAS,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO:
**um diálogo sobre jovens
e cultura digital**

REGINA
NOVAES

61



BATALHAS PERIFÉRICAS:
**juventudes conectadas
e espaço público
ampliado**

RODRIGO
RATIER

75



DESINFORMAÇÃO
E MEDIAÇÃO EDUCATIVA:
**construindo a voz
das bibliotecas**

ANDRÉ
LE MOS

85



O ÚLTIMO LIVRO
DO MUNDO:
**uma ficção
sobre a cultura digital**



SERVIÇO DA BIBLIOTECA NACIONAL DO QUÊNIA: em defesa da equidade de acesso à informação por meio de produtos e serviços digitais

SARAH OGEMBO
SERVIÇO NACIONAL
DE BIBLIOTECA
DO QUÊNIA

é ato bem conhecido que muitas pessoas não leem, e aquelas que o fazem têm por objetivo, em sua maioria, passar em exames. Um levantamento de pesquisas demonstrou que muitos encaram a leitura como uma tarefa obrigatória e penosa, porque sentem, honestamente, não ter escolha sobre o ato de ler. Em muitas culturas, as bibliotecas esforçam-se em fazer com que a leitura seja atraente, mostrando tal atividade como forma de lazer. Esse fato tem sido tão desafiador que especialistas na

área tentam descobrir como tornar a leitura interessante, divertida, relaxante, adaptável e todos os outros adjetivos que a descrevem.

Anteriormente, havia o pressuposto de que o advento dos telefones móveis e dispositivos digitais existentes contribuiria muito para atender a um mercado ainda inexplorado, vindo a integrar todos na campanha 'leia sempre'. Algo, porém, está ficando cada vez mais claro: existem algumas culturas cujas populações se tornaram bastante abertas à leitura como parte integrante do que são, existencialmente, enquanto outras continuam nessa luta.

ATÉ O MOMENTO, FOI IMPLANTADA A AUTOMAÇÃO DOS SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS EM 64 FILIAIS, COM A INCLUSÃO DE COMPUTADORES COM CONEXÃO À INTERNET EM TODAS ELAS. A AÇÃO LEVOU À FORMAÇÃO DE CENTROS DE RECURSOS ELETRÔNICOS.

Este artigo visa analisar as diferentes estratégias utilizadas para aperfeiçoar a cultura digital de busca de informações dos quenianos, fundamentalmente estimulando a inovação e inclusão nos espaços digitais. A situação ideal no campo da informação seria aquela em que os serviços e as ferramentas digitais estivessem voltados à construção de conhecimento, visando aproximar a literatura atual de leitores e não leitores.

Ao longo dos anos, o Serviço da Biblioteca Nacional do Quênia (KNLS) – iniciais para *Kenya National Library Service* – tem continuamente

defendido o uso de produtos e serviços digitais, todos em benefício das massas.

SERVIÇO DA BIBLIOTECA NACIONAL DO QUÊNIA

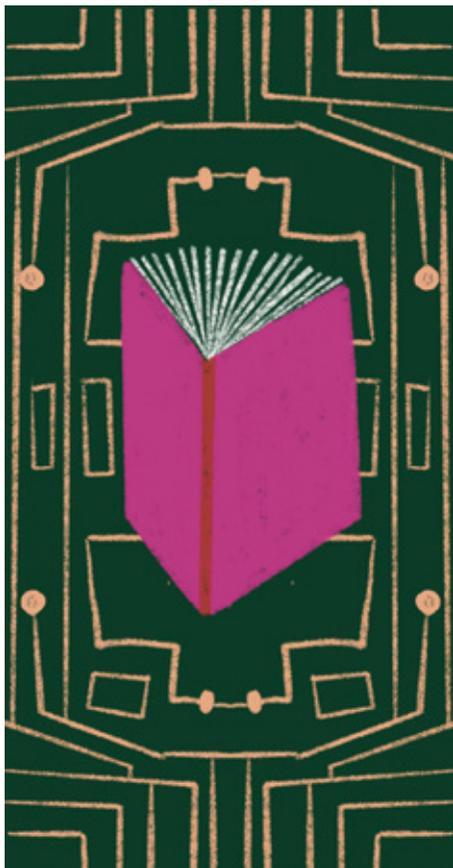
Órgão social do governo queniano que tem a missão de promover, estabelecer, equipar, gerenciar, manter e desenvolver as bibliotecas no Quênia, o Serviço da Biblioteca Nacional do Quênia (KNLS) foi constituído em 1965 por uma lei do Parlamento do Quênia com o intuito de oferecer serviços de biblioteca e informações para o público queniano, estimulando o acesso e o uso das informações e da leitura e ampliando a participação dos interessados para o desenvolvimento equitativo de bibliotecas por todo o país. Em sua prestação de serviços, tem o papel duplo de Biblioteca Pública e Biblioteca Nacional do Quênia. Os serviços da Biblioteca Pública estão disponíveis em 63 filiais em todo o Quênia, e os da Biblioteca Nacional na sede em Nairóbi.

A automação dos principais serviços e usos de tecnologias da

informação e comunicação (TIC) nas bibliotecas foi identificada pelo conselho do KNLS como prioridade. Até o momento, foi implantada a automação dos serviços bibliotecários em 64 filiais, com a inclusão de computadores com conexão à internet em todas elas. A ação levou à formação de centros de recursos eletrônicos. Bem administrados, eles prestam atendimento aos cidadãos que enfrentam dificuldades no acesso às TIC e a outros serviços digitais.

O KNLS trabalha atualmente com organizações locais e internacionais para ampliar a oferta de recursos de informação por meio do uso de tecnologias modernas. O objetivo é possibilitar o acesso à informação para transformação do conhecimento dos meios de subsistência – não limitando seu escopo, meios de comunicação e alcance quanto ao compartilhamento de informações e recursos.





PRODUTOS E SERVIÇOS DIGITAIS OFERECIDOS

A) PROJETO DE BIBLIOTECA VIRTUAL DO KNLS

A constituição da biblioteca virtual do KNLS é uma prioridade do atual plano estratégico de 2017 a 2022, conforme o Objetivo Estratégico 2 do KNLS. O objetivo é aprimorar os níveis de automação para melhoria do acesso aos serviços da biblioteca e criar um sistema de biblioteca virtual híbrido que ofereça acesso *online* ao conteúdo produzido digitalmente às comunidades quenianas e outras, de forma sustentável.

OBJETIVOS:

- proporcionar serviços de biblioteca acessíveis para comunidades quenianas e outras, com acesso limitado ou sem acesso às bibliotecas físicas, por meio de uma plataforma de biblioteca virtual;
- criar uma plataforma sustentável e permanente de leitura e aprendizagem independente; e
- melhorar a empregabilidade e a criação de riqueza para o setor livreiro por meio do comércio eletrônico.

A BIBLIOTECA VIRTUAL OFERECE SOLUÇÕES PARA TODOS, ULTRAPASSANDO AS DEPENDÊNCIAS FÍSICAS DA BIBLIOTECA.

A biblioteca virtual está instalada no edifício ultramoderno Maktaba Kuu e deve ser mantida por meio de um modelo de negócios pelo qual o KNLS obterá rendimentos a partir da divulgação de informações (venda e empréstimo de livros), além de transações em benefício das partes interessadas. A biblioteca virtual oferece soluções para todos, ultrapassando as dependências físicas da biblioteca, por meio de um sistema que integra a infraestrutura de *hardware*, o *software* de biblioteca virtual e o conteúdo digital.

VANTAGENS:

- promoção do acesso ao conteúdo por meio da *web*, *desktop* e aplicativos móveis;
- possibilidade de registrar e identificar usuários remotamente;
- capacidade de armazenar mais de 15 milhões de livros, acessíveis em todo o mundo;
- capacidade de sediar uma livraria *online*;
- apoio à compra e ao empréstimo de uma grande variedade de livros eletrônicos em sua versão integral;
- capacidade de sediar lojas de vídeo e música; e
- gestão de direitos digitais, que garante a segurança do conteúdo e protege direitos autorais.

É importante ressaltar que a biblioteca virtual do KNLS é a primeira desse tipo no Quênia. Em sua formulação foram adotados componentes que incluem um laboratório de digitalização e uma central de dados.

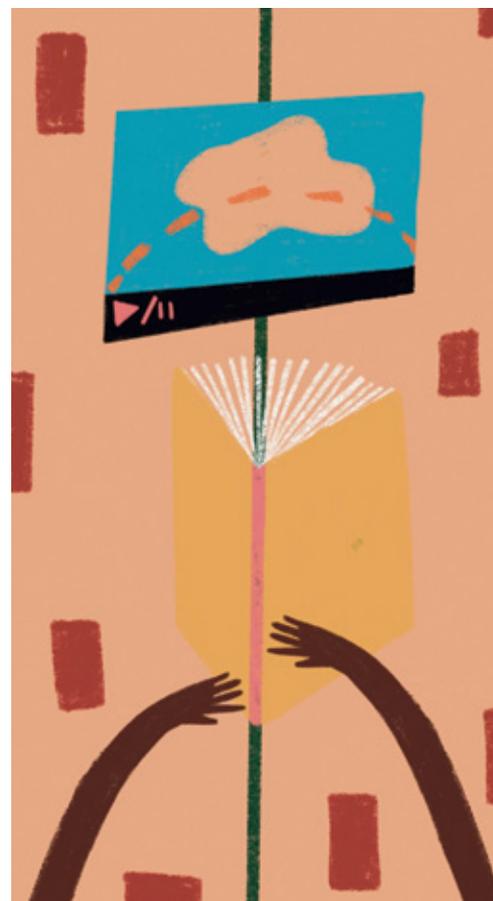




FIGURA 1: Kio Kit

Nota: conteúdo da caixa: 40 Kio: *tablets* com conteúdo educacional pré-instalado; um microsservidor (cérebro do Kio Kit): um roteador *wi-fi* robusto que contém bateria e armazenamento para servir continuamente até 40 dispositivos; um cabo de força; e 40 fones de ouvido personalizados em estojos.

Fonte: Elaborada pela autora.

GARANTIAS:

- o laboratório de digitalização terá capacidade de digitalizar livros raros, que estarão armazenados na biblioteca virtual do KNLS;
- o laboratório de digitalização irá comercializar sua operação de forma autossustentável; e
- a central de dados irá abrigar a biblioteca virtual do KNLS, assim como prestará serviços de armazenamento do acervo de outras organizações que manifestarem interesse.

B) DISPOSITIVOS KIO KIT

O dispositivo Kio Kit torna a leitura digital divertida, intuitiva, interativa e muito atrativa para as crianças. De acordo com a escolha do comprador, esses *tablets* já vêm com programas educacionais pré-instalados, criados pelos maiores editores de materiais digitais do mundo. O conteúdo acadêmico está alinhado ao currículo local, sendo uma mistura de materiais gratuitos e pagos de fornecedores tais como a Khan Academy ou eKitabu – uma empresa queniana de livros eletrônicos. Atualmente, sete filiais do KNLS utilizam o Kio Kit, sendo um sucesso entre crianças, professores e tutores.

O Kio Kit é um dispositivo móvel *wi-fi* e resistente à água, robusto e autoalimentado, com capacidade de conexão a múltiplas redes, fornecendo uma central para dispositivos locais (minisservidores) e com energia para durar até oito horas, no caso de alguma falha elétrica ou intermitência nas áreas rurais. Fácil de ser operado, existe apenas um botão para ligar todo o sistema e um plugue simples para carregá-lo.



FIGURA 2:
E-readers
(leitores digitais)
em uso
Fonte: Elaborada
pela autora.

C) E-READERS (LEITORES DIGITAIS)

A biblioteca digital gratuita Worldreader e o KNLS trabalharam juntos para trazer a leitura digital para todas as 64 bibliotecas KNLS no Quênia, possibilitando o acesso a aproximadamente 150 mil novos leitores e assim fortalecendo seu papel no futuro digital. Com um projeto intitulado LEAP (iniciais em inglês para Bibliotecas, Leitura Digital, Atividades e Parcerias), essa parceria é classificada como o primeiro programa de bibliotecas digitais para a África Subsaariana.

Especificamente, o projeto teve dois componentes centrais ao longo dos anos: um leitor digital integrado e um componente de conteúdo para bibliotecas quenianas – que oferecia um total de 580 mil livros digitais quenianos e internacionais em Kiswahili e em inglês, além de um componente de treinamento e desenvolvimento de competências para que os bibliotecários pudessem adotar as melhores práticas na implantação dos dispositivos e interação com suas comunidades. Esse projeto continua a fortalecer as bases do KNLS como “centro de informações e conhecimento para o empoderamento”, que, em última análise, pode servir de modelo para bibliotecas tanto dentro como fora da África.

**ESSE PROJETO
CONTINUA A
FORTALECER AS BASES
DO KNLS COMO
“CENTRO DE
INFORMAÇÕES E
CONHECIMENTO PARA
O EMPODERAMENTO”
QUE, EM ÚLTIMA
ANÁLISE, PODE SERVIR
DE MODELO PARA
BIBLIOTECAS TANTO
DENTRO COMO FORA
DA ÁFRICA.**



FIGURA 3: Jovens acessando um centro de recursos eletrônicos no KNLS Nakuru
Fonte: Elaborada pela autora.

COMPUTADORES EM REDE

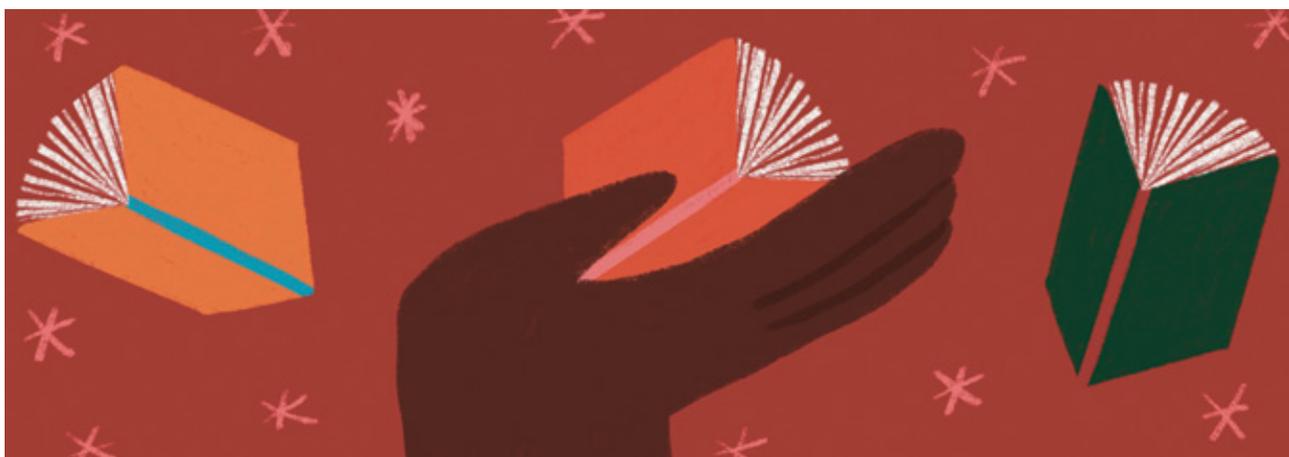
O KNLS estabeleceu uma parceria com a *Communications Authority of Kenya* – autoridade reguladora do setor de comunicações no Quênia – para garantir que as 64 bibliotecas do país tivessem computadores em rede. Com certeza, essa é uma maneira de estimular todos os visitantes das bibliotecas a utilizar o espaço para fazer pesquisas, desenvolver e aperfeiçoar as habilidades para acessar informações e usar recursos eletrônicos. Os centros de recursos eletrônicos tornaram-se pontos de acesso à informação para as comunidades das áreas rurais, uma vez que permitem acesso às plataformas digitais, inclusive a serviços eletrônicos do governo e de *marketing* para alunos do ensino a distância. Tais recursos ofereceram a muitas pessoas, em especial aos jovens, uma plataforma para aprimorar suas habilidades no espaço digital.

A existência dos centros eletrônicos de recursos contribuiu para que o projeto Inspire África e a Sociedade Queniana para os Cegos incorporassem o programa JAWS (sigla em inglês para Acesso ao Trabalho com a Voz) nos computadores. O *software* possibilita o acesso de pessoas com deficiências visuais às bibliotecas e facilita a utilização de computadores. Essa parceria contribuiu de modo significativo para que pessoas com deficiências visuais se sentissem incluídas na campanha pela leitura digital no país.

**OS CENTROS DE RECURSOS ELETRÔNICOS
 TORNARAM-SE PONTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO
 PARA AS COMUNIDADES DAS ÁREAS RURAIS.**

D) LAIBU MKONONI

Laibu Mkononi significa “Uma Biblioteca na Palma de sua Mão”. Esse serviço digital inovador é conduzido por Yusuf Juma, um agente de TIC no KNLS de Buruburu, e foi implantado a partir de doações de dispositivos velhos ou não mais utilizados pela comunidade. Recursos Educacionais Abertos (REA), tais como materiais baseados em currículos, jogos e vídeos educativos, são instalados nos equipamentos. A combinação das doações com o apoio de parceiros da comunidade e voluntários possibilita o empréstimo gratuito dos aparelhos para crianças vivendo em habitações informais para serem usados por até um mês. Até o momento, a iniciativa está presente em três bibliotecas comunitárias e em duas organizações de base comunitária, com aproximadamente 50 dispositivos em circulação e cerca de mil pessoas beneficiadas direta ou indiretamente.



CONQUISTAS OBTIDAS PELO APOIO AO USO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DIGITAIS

- **Mais eficiência no gerenciamento**

de recursos: a utilização de produtos e serviços digitais levou à gestão e consolidação de informações e recursos no espaço das bibliotecas de forma eficaz. Ademais, a ação conduziu ao desbloqueio de potencial entre os jovens leitores que estão familiarizados com o espaço digital em que se encontram e visam tirar máximo proveito de todas as possibilidades.

A AÇÃO CONDUZIU AO DESBLOQUEIO DE POTENCIAL ENTRE OS JOVENS LEITORES QUE ESTÃO FAMILIARIZADOS COM O ESPAÇO DIGITAL EM QUE SE ENCONTRAM E VISAM TIRAR MÁXIMO PROVEITO DE TODAS AS POSSIBILIDADES.

- **Melhor experiência do cliente:**

essa transformação levou ao desbloqueio de eficiências não apenas para as equipes envolvidas no processo, mas também proporcionou uma experiência ininterrupta para os leitores e alunos que participam das plataformas criadas. Isso ajudou a criar uma experiência agradável para os leitores, muito importante na era digital.

- **Conhecimentos baseados em**

dados: a promoção desses produtos e serviços digitais permitiu conhecer melhor e mais facilmente os leitores e suas necessidades. Agora, é mais simples desenvolver um produto/ serviço para promover uma cultura da leitura por meio do espaço digital.

- **Estímulo a uma cultura digital:**

outro marco fundamental desses programas é a adoção de uma cultura digital. Uma vez compreendida a importância dos sistemas existentes, as pessoas ficam estimuladas a ter um papel central no desenvolvimento de uma cultura digital que permite

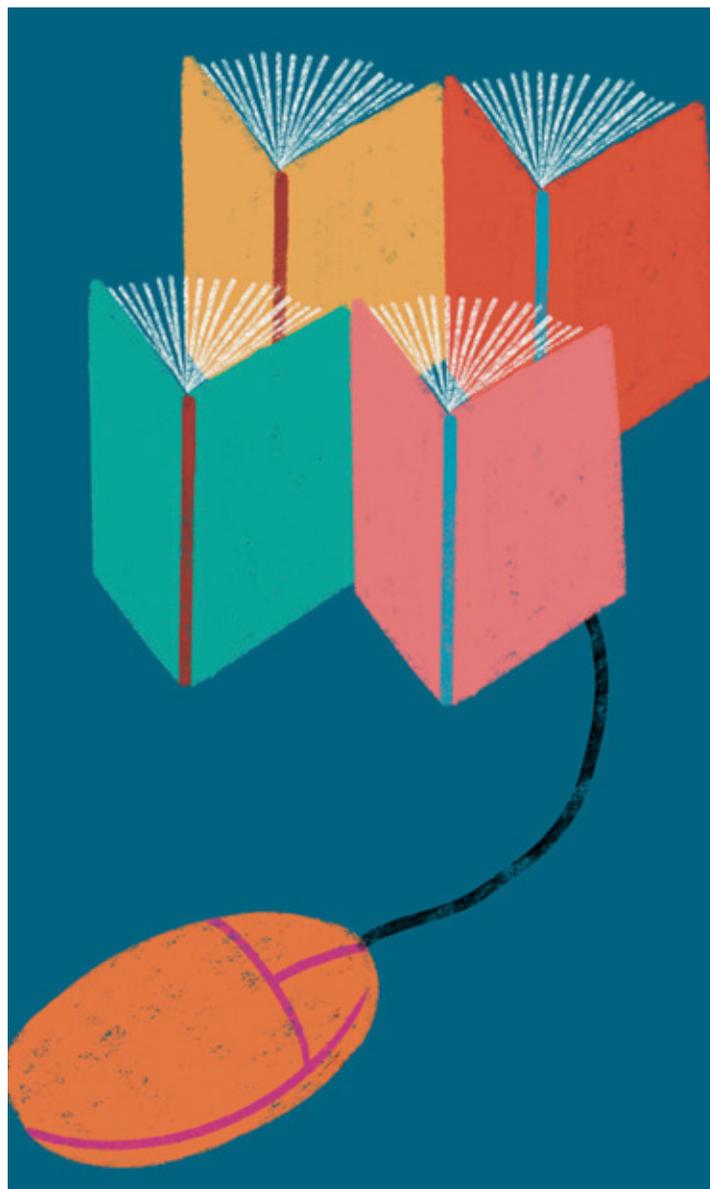
o acesso a produtos e serviços que anteriormente elas não usufruíam.

- **Maior produtividade:** houve um aumento significativo na produtividade para todas as partes envolvidas. Ao aproximar as ferramentas tecnológicas das massas, as pessoas trabalham juntas e continuamente para garantir uma maior compreensão do mercado digital e de todas as suas possibilidades.

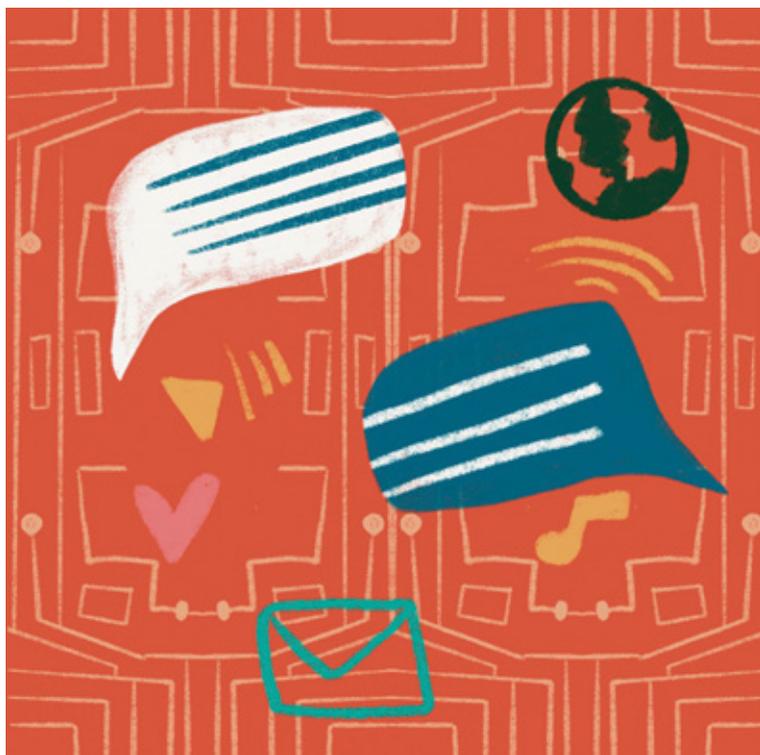
DESAFIOS ENFRENTADOS PELO APOIO AO USO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DIGITAIS

- **Falta de infraestrutura de TIC:** apesar dos esforços do governo, ainda enfrentamos o desafio da infraestrutura de TIC no país. Há muitos quenianos sem as ferramentas necessárias para acessar alguns dos produtos básicos oferecidos, o que criou dificuldades na ampliação do fluxo de informações para a maioria da população, especialmente na zona rural do Quênia.

- **Habilidades:** em nossos esforços para disponibilizar produtos e serviços



DEFINIR O CONTEÚDO APROPRIADO QUE IRÁ ATENDER ÀS NECESSIDADES DO PÚBLICO-ALVO REVELA-SE DIFÍCIL DIANTE DO DESAFIO DE MELHORAR O ACESSO AO MERCADO DIGITAL.



digitais, um problema que surge é o nível de habilidades do público-alvo. O nível de complexidade do espaço digital torna difícil o acesso a esses serviços pela maioria da população, forçando-a a desistir da busca por tais produtos.

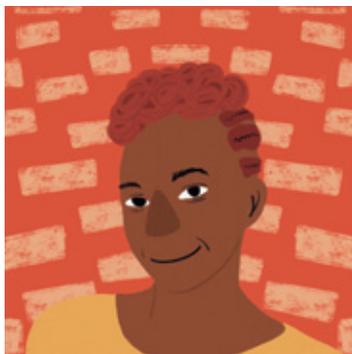
- **Acesso aos conteúdos:** existe a questão do conteúdo que está presente nessa jornada. Definir o conteúdo apropriado que irá atender às necessidades do público-alvo revela-se difícil diante do desafio de melhorar o acesso ao mercado digital.

- **Falta de conhecimentos especializados:** existe também a necessidade de lidar com o desafio de encontrar especialistas que terão a responsabilidade de promover o processo de digitalização de produtos e serviços. A princípio, é fácil elencar o que é necessário, mas sem a orientação adequada esse processo pode ser mais difícil do que o esperado. A equipe necessita de constante formação de competências para acompanhar a evolução dos tempos.

PARA CONCLUIR

À medida que avançamos no sentido de melhorar e apoiar o acesso a informações no campo digital, é fundamental que todos os participantes e partes interessadas desenvolvam um plano para solucionar alguns desafios enfrentados pelas bibliotecas no Quênia. O foco na aquisição de conteúdos relevantes e outros recursos digitais pode transformar o país em líder na corrida para melhorar sua cultura de leitura digital, promovendo uma

relação de trabalho com o espaço digital, disponibilizada por meio de diferentes colaborações e parcerias. O aprendizado, a leitura e a escrita podem ser melhorados de forma significativa e transformados em atividades agradáveis, ao contrário da visão daqueles que consideram essas atividades entediantes. É com essa finalidade que deve ser reiterada a necessidade de colaboração e parcerias a fim de assegurar que a cultura digital ativa se torne um estilo de vida para todos os quenianos.



SOBRE A AUTORA

SARAH OGEMBO

Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Kenyatta University, Quênia. Bibliotecária do Departamento de Mobilização de Recursos e Coordenação de Projetos do Serviço Nacional de Biblioteca do Quênia (KNLS), onde também foi chefe da biblioteca filial Kisii. Desenvolve novos serviços de biblioteca, com treinamentos sobre leitura, literatura, livros, gestão de projetos, literatura de informação móvel e design thinking. Integra o programa de gestão pública de capacitação de novos líderes para moldar o futuro da África (Liderança Jovem Africana).



Acessibilidade digital para jovens: abordagens e ações para a inclusão

**DELFINA
LÁZARO MATEUS**
UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE,
MOÇAMBIQUE

O século XX e os princípios do século XXI são marcados por transformações tecnológicas que afetaram os setores político-econômico, social e cultural. Nesse contexto, enquanto algumas nações ou grupos sociais experimentam um desenvolvimento progressivo, outros continuam, mesmo com a globalização da tecnologia, registrando um conjunto de deficiências que se refletem no contexto digital, ou mesmo na possibilidade de acesso à tecnologia.

Essa escassez em nível global e local é designada lacuna digital. Quer

dizer que alguns grupos excluídos – nesse caso, jovens e adolescentes – não conseguem aceder a grande parte da informação conectada por recursos tecnológicos, devido a questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

Assim, falar de acessibilidades e inclusão dos jovens no ambiente digital implica pensar questões de políticas pessoais, psicológicas, econômicas, sociais e culturais que contribuem para a exclusão. Implica também pensar em medidas e ações que podem ser tomadas para garantir que os jovens utilizem o potencial oferecido pelas tecnologias para seu próprio desenvolvimento.

Com base nessa abordagem, a inclusão digital não significa apenas garantir o acesso a ferramentas e infraestruturas tecnológicas e ensinar os jovens a usá-las no nível instrumental, mas também fomentar uma inclusão induzida, que tornará o contexto digital e virtual um espaço de acesso à informação. Trata-se de criar um ambiente capaz de gerar um impacto positivo na vida dos jovens que experimentam no dia a dia um leque de necessidades pessoais e sociais.

A presente comunicação se restringirá a abordar as questões sociais que influenciam a exclusão ou inclusão digital dos jovens, bem como as brechas que surgem ao adotar a inclusão digital como caminho para a diminuição das vulnerabilidades e lacunas sociais e digitais desse grupo. Este estudo

também apresenta, de forma breve, algumas experiências práticas elaboradas para desenvolver a literacia digital juvenil.

Vulnerabilidade social na juventude

A vulnerabilidade social é um conceito multidimensional, formado por indivíduos ou grupos em situações frágeis, seja por fatores biológicos, epidemiológicos, sociais ou culturais. No caso da juventude, especialmente nos países em desenvolvimento, apesar da evolução crescente das nações no que diz respeito à esperança de vida e às oportunidades sociais, econômicas e culturais, existe ainda uma lista de deficiências que resultam da desigualdade social nas esferas global e local.

TRATA-SE DE CRIAR UM AMBIENTE CAPAZ DE GERAR UM IMPACTO POSITIVO NA VIDA DOS JOVENS QUE EXPERIMENTAM NO DIA A DIA UM LEQUE DE NECESSIDADES PESSOAIS E SOCIAIS.

Ainda que os jovens tenham hoje melhores oportunidades, muitos deles, especialmente em países subdesenvolvidos, enfrentam dificuldades ao tentar acessar os serviços de saúde, emprego e educação (BARBER-MADDEN; SANTOS, 2010).

Para dar alguns exemplos das situações acima descritas, cerca de 33,4% da população moçambicana é jovem, o que pode constituir um precioso e ativo capital humano para o crescimento nacional. No entanto, 56,8% desse universo de pessoas estão desempregadas, e um número ainda mais significativo não tem acesso aos serviços básicos de saúde, educação e habitação (PLATAFORMA DE JOVENS LÍDERES, 2017).

Os adolescentes e jovens moçambicanos continuam enfrentando um acesso limitado a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Se nos restringirmos às meninas adolescentes, aproximadamente 45% são mães ou casadas antes de completarem 18 anos, o que reduz as possibilidades de escolha e



oportunidades, não só para as mães, mas também para a nova geração de filhos (UNFPA, 2017).

Com relação ao acesso à educação, observa-se que 24% das crianças e adolescentes abandonam a escola entre os 13 e 17 anos. No caso do Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que os indivíduos entre 15 e 29 anos correspondem a 23% da população brasileira, e desse universo, 25,5% dos 19 aos 29 anos estavam fora do mercado de trabalho e sem estudar em 2020.

ESSA VIOLÊNCIA NÃO SE LIMITA A CAMADAS SOCIAIS OU ECONÔMICAS, RAÇAS OU REGIÕES GEOGRÁFICAS, MAS TAMBÉM TRAZ CONSIGO QUESTÕES DE GÊNERO.

De acordo com o documento “Proposta de Índice de Vulnerabilidade Social da Juventude”, produzido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2022), a gravidez na adolescência e o abandono escolar constituem fatores de vulnerabilidade para os jovens entre 15 e 18 anos.

Por outro lado, a violência é referida como a principal causa de mortalidade entre a faixa etária dos 15 aos 29 anos. No Brasil, mais da metade das vítimas de homicídio do país (53,3%) em 2018 eram jovens. Abramovay (2002) afirma que a vulnerabilidade social se manifesta na juventude quando:

- Os jovens não têm oportunidade de entrar no mercado de trabalho, devido às constantes mudanças na produção do sistema capitalista, que torna esse setor cada vez mais restrito e competitivo;
- Os sistemas educativos não podem proporcionar uma educação de qualidade que permita aos jovens acompanhar as mudanças na sociedade, especialmente no mercado;
- Os jovens têm acesso limitado a equipamentos culturais, desportivos e de lazer, o que os impossibilita de interagir com a sociedade;
- Há um aumento da violência entre a camada juvenil. Essa violência não se limita a camadas sociais ou econômicas, raças ou regiões geográficas, mas também traz consigo questões de gênero, nas quais se percebe que os jovens do sexo masculino são os mais prováveis a participar nestas situações.

Com base nessas questões, percebe-se que não é uma tarefa fácil estabelecer os limites para analisar as vulnerabilidades que permeiam a juventude. Dentro das questões mencionadas, é necessário fazer recortes de características e diversidades de gênero, raça, etnia e desenvolvimento econômico de cada país. A juventude não deve ser tratada como um conceito homogêneo, mas sim heterogêneo.

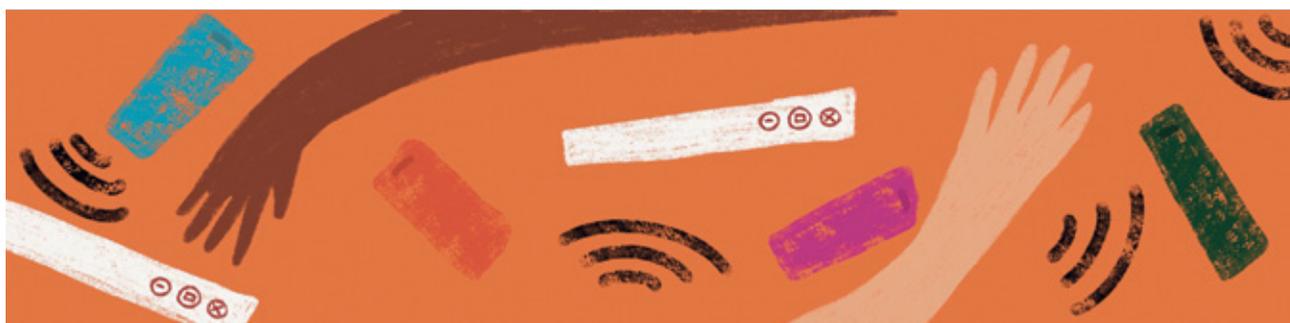
Inclusão digital dos jovens

A inclusão digital enquanto programa político e governamental deveria reduzir as lacunas sociais e as exclusões, especialmente para os grupos marginalizados, uma vez que são os que mais necessitam

das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para a transformação social e comunitária.

Referente ao conceito de inclusão digital, é necessário salientar que esse termo tem sido frequentemente utilizado por organizações internacionais e pelo setor público para constituir um jargão atraente, capaz de garantir a solução para quase todos os obstáculos da sociedade contemporânea: pobreza, desigualdade social, deficiências educacionais, injustiça social, desemprego, violência, crime, entre outros (BONILLA; PRETTO, 2011).

Nessa linha de ideias, a conceituação de inclusão digital deve estar ligada "a um processo que inicia o acesso aos recursos digitais, mas de forma alguma deve restringir-se a ele.



E, para ser eficaz, deve-se passar por um amplo processo de exercício de cidadania que engloba quatro grupos capitais: sociais, culturais, intelectuais e técnicos” (LEMOS; COSTA, 2005).

Então, como pensar na inclusão digital para a juventude? Esse processo implica identificar as necessidades que esse grupo sofre nas suas comunidades, bem como o agrupamento dessas necessidades em vários níveis, e de acordo com os indivíduos perfilados que compõem o grupo. Esse agrupamento é necessário dado que os processos e

conteúdos a serem explorados para a inclusão digital de meninas, meninos, jovens com necessidades educativas especiais, de áreas rurais, áreas urbanas e bairros de lata (designação que se dá em Portugal a um bairro pobre) serão diferentes e específicas.

Por outro lado, o governo e a sociedade devem considerar a inclusão digital desses grupos como uma ação que resulte de um processo político, educativo e de políticas públicas, centrado em três níveis: técnico, cognitivo e econômico. O nível técnico será o de garantir o



O GOVERNO E A SOCIEDADE DEVEM CONSIDERAR A INCLUSÃO DIGITAL DESSES GRUPOS COMO UMA AÇÃO QUE RESULTE DE UM PROCESSO POLÍTICO, EDUCATIVO E DE POLÍTICAS PÚBLICAS, CENTRADO EM TRÊS NÍVEIS: TÉCNICO, COGNITIVO E ECONÔMICO.

acesso a ferramentas e equipamentos tecnológicos para o desenvolvimento de competências instrumentais e básicas para sua utilização; o nível cognitivo deve assegurar a construção de uma visão crítica e analítica para a utilização das tecnologias como um insumo/fator para estimular o capital cultural, social, intelectual e de segurança e a reputação no contexto digital; e, por fim, a economia deve garantir que as condições sejam criadas para que os jovens tenham apoio para financiar ferramentas e serviços tecnológicos, tendo em conta os seus custos, manutenção e atualização.

Os resultados dos processos de inclusão nos níveis mencionados devem, por outro lado, fazer com que os jovens desenvolvam competências digitais para ler e escrever por meio das TIC, utilizem tecnologia para

procurar, recuperar, criticar e analisar a informação que circula nesse ambiente, ou para produzir novas informações, conhecimentos e produtos (OLIVEIRA, 2015).

O processo de inclusão baseado em vulnerabilidades

Depois de descritas as dimensões de vulnerabilidades sociais que permeiam a vida dos jovens, é possível visualizar que, em grande parte, elas são replicadas no contexto digital. Esse novo cenário não passa da evolução das lacunas sociais no quadro do século XX, caracterizado pelo uso crescente das tecnologias da informação e da comunicação nos setores da produção e da gestão social e pessoal.

Considerando que todo processo de inclusão digital deve



partir da identificação de lacunas sociais e digitais – que, na dinâmica entre si, cada vez mais acentuam as vulnerabilidades –, propõe-se a análise dos dados a seguir, que foram retirados de um estudo ainda em desenvolvimento que analisa as lacunas digitais dos adolescentes em Moçambique, precisamente nas províncias de Maputo e Inhambane.

Esta pesquisa é qualitativa predominantemente, mas para conhecer as lacunas digitais, o perfil e como os programas de inclusão digital poderiam ser desenhados para esse coletivo, houve a necessidade de aplicar um questionário a esse

grupo, para obter resultados que determinassem os conteúdos a serem trabalhados na formação em literacia digital.

Assim, este estudo inscreveu 46 alunos e entrevistou vinte deles. No momento da aplicação dos questionários, os inscritos frequentavam o ensino secundário.

No que diz respeito ao acesso a infraestruturas tecnológicas, os resultados da pesquisa mostram que a maioria desses alunos (36) não tem acesso ao computador em casa. Dependem dos computadores de cyber café, uma vez que as escolas que frequentam não têm salas de computador, ou quando têm, o equipamento é obsoleto.

Tanto na escola como em casa, os estudantes não têm acesso à internet. Para se conectarem, precisam ter a seu alcance um celular android e pagar por pacotes de telefonia móvel. Vale ressaltar que esses pacotes de dados não são sustentáveis para a grande maioria desses estudantes, nem para boa parte da sociedade moçambicana, que vive em condições de baixo desenvolvimento econômico e social.

Segundo as dimensões de vulnerabilidade social, descritas por Abramovay (2002), esses jovens que têm dificuldade em acessar a internet consultam poucos conteúdos relacionados a sexualidade e gênero nas redes sociais, *blogs*, entre outras ferramentas, para se informar. No entanto, são essas questões, principalmente, que deveriam

despertar interesse nos jovens, uma vez que Moçambique tem altas taxas de gravidez na adolescência (45%). Eles apresentam, ainda, dificuldades em acessar conteúdos digitais sobre como desenvolver um currículo e em procurar ou se registrar em plataformas de emprego e universidades para continuar os estudos.

FIGURA 1: Tipos de informações que os estudantes procuram *online*. Elaborada pela autora a partir do estudo em curso sobre inclusão digital de mulheres adolescentes.

TIPOS DE INFORMAÇÃO QUE OS ESTUDANTES PROCURAM ONLINE	FREQUÊNCIAS DE RESPOSTA
Como se candidatar a uma universidade	20
Tutoriais sobre como usar um <i>app</i>	18
Acompanhe informações sobre pessoas famosas	20
Informações meteorológicas	15
Prevenção de uma gravidez indesejada	13
Melhore o seu negócio (se tiver um)	11
Prevenção da violência doméstica	4
Aprenda uma receita de cozinha	33
Informações sobre como fazer sexo com segurança	7
Informação de casa	39
TOTAL	180

Ao abordar as questões sobre segurança e reputação digital, situações características do contexto digital, se não forem observadas, podem recriar a violência e as estruturas do contexto social tradicional. Verifica-se que, embora

grande parte desses estudantes saiba identificar situações de agressão na internet e os riscos de partilhar imagens e vídeos íntimos, não há conhecimento suficiente sobre os seguintes termos: *phishing* e extorsão sexual.



FIGURA 2:
Segurança e reputação na internet.
Elaborada pela autora a partir do estudo em curso sobre inclusão digital de mulheres adolescentes.

SEGURANÇA E REPUTAÇÃO NA INTERNET	FREQUÊNCIAS DE RESPOSTA
Cibercrimes (fraudes digitais)	32
Esquemas de <i>phishing</i>	2
Extorsão sexual	4
Sexo virtual (<i>sexting</i>)	14
Nenhum	5
<i>Hackers</i>	17
TOTAL	74

Com base nessas vulnerabilidades de jovens mulheres, o curso de literacia digital projetado para esse grupo explorou os seguintes conteúdos:

SESSÕES	CONTEÚDOS
Primeira sessão	História e evolução das TIC Diferença entre <i>hardware</i> e <i>software</i> Utilização da internet, criar uma conta e usar o e-mail
Segunda sessão	Conceito de capacitação Utilização de conteúdos da internet para capacitação social
Terceira sessão	Tipos de fontes de informação Fontes de informação digital Redes sociais para desenvolver o empreendedorismo e o espírito empresarial
Quarta sessão	Fundamentos do <i>marketing</i> digital Fontes de informação para o emprego Fontes de informação para a saúde reprodutiva das mulheres Reputação e segurança digital Fontes de informação para o desenvolvimento de escolas educativas

FIGURA 3: Sessões e conteúdos. Elaborada pela autora.

É PRECISO, IGUALMENTE, QUE ESPAÇOS COMO BIBLIOTECAS, CENTROS CULTURAIS, MUSEUS, CENTROS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E EMPRESAS TRABALHEM DE FORMA CONTÍNUA NA CRIAÇÃO DE ATIVIDADES.

Acrescente-se aos temas anteriormente mencionados os tópicos: fontes de informação sobre grupos, personalidades e organizações que trabalham com questões da diversidade sexual; fontes de informação sobre programas e atividades culturais para jovens; utilização de aplicativos (Canva) para criar conteúdos visuais para as redes sociais; e identificação de notícias falsas.

PARA CONCLUIR

Com base no que foi abordado, percebe-se que a inclusão digital dos jovens deve partir primeiro de um projeto social e governamental, que possa permitir que esses grupos

tenham acesso à tecnologia e à informação independentemente da sua condição financeira, social, étnica e racial. Essa inclusão digital deve acontecer não somente para ensinar os jovens a usar as tecnologias, mas a partir da educação digital, que pode significar a revisão ou a criação de currículos escolares que prevejam ações de inclusão e literacia digital, preparação dos jovens para enfrentarem o mercado de trabalho cada vez mais competitivo e acesso às informações que dizem respeito à saúde pública, sexual e reprodutiva dos jovens. O fato de esse processo iniciar na escola, não significa que seja exclusivo a esse espaço.

Assim, é preciso, igualmente, que espaços como bibliotecas, centros culturais, museus, centros de capacitação profissional e empresas trabalhem de forma contínua na criação de atividades que visem a inclusão dos jovens na sociedade e no contexto digital. Só assim poderemos diminuir as brechas sociais e digitais que dificultam o desenvolvimento da juventude, pessoal, profissional, cultural e intelectualmente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina. Brasília:UNESCO-Brasil, 2002.

BARBER-MADDEN, Rosemary; SANTOS, Taís de Freitas. A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. Inclusão digital: polêmica contemporânea, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Proposta de um Índice de Vulnerabilidade Social da Juventude (IVSJ). Ceará, 2022.

LEMONS, André; COSTA, Leonardo Figueiredo. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, v.8, n. 6, p. 1–15, 2005.

OLIVEIRA, Michele Mezari. Revisão de literatura: Literacia Digital. 2015. XII Congresso Nacional de Educação [...]. Paraná, 2015. p. 14348–14356.

PLATAFORMA DE JOVENS LÍDERES. A Juventude Moçambicana e crise económica - Alternativas Criativas. Maputo, 2017. UNFPA. Moçambique Saúde Reprodutiva e Direitos numa Era de Desigualdade. Maputo: [s. n.], 2017



SOBRE A AUTORA

DELFINA LÁZARO MATEUS

Doutoranda em Bibliotecas, Arquivos e Documentação no Entorno Digital e mestre em Bibliotecas e Serviços de Informação Digital pela Universidade Carlos III de Madrid, Espanha. Na Universidade Eduardo Mondlane (ECA-UEM), em Moçambique, é coordenadora do curso de licenciatura em Biblioteconomia, professora no Departamento de Ciências da Informação e membro da Agência Local de Inovação. É coordenadora do projeto de inclusão digital de mulheres em Moçambique e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais da UFMG.



JUVENTUDES, POLÍTICAS, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: um diálogo sobre jovens e cultura digital

PAULO CARRANO
UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

Sempre que indagamos jovens sobre os mais diferentes aspectos que envolvem suas vidas, aprofundamos o conhecimento sobre as realidades que buscamos transformar. Ao elaborarmos políticas públicas em diálogo com esse grupo, avançamos na construção de redes de proteção para os mais vulneráveis e na criação de espaços públicos participativos de encontro e intercâmbio. É nessa perspectiva que encaro esse nosso momento de diálogo no 13º Seminário Internacional Biblioteca Viva. Espero contribuir para refinar nossa

capacidade de escuta, compreensão e interlocução com os jovens e as juventudes de nossas cidades.

E não é demais lembrar que ainda estamos no tempo da pandemia de covid-19 e enfrentando os seus múltiplos efeitos nas instituições e em nossas vidas. Esses efeitos foram mais ou menos graves conforme o grau de responsabilidade dos governos e compromissos assumidos pelas comunidades no enfrentamento desse cenário pandêmico, com a criação de suporte aos mais frágeis.

No caso brasileiro, a deterioração da situação social e econômica

A DEGRADAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL EXIGIRÁ DE TODOS NÓS MUITO ESFORÇO DE DIÁLOGO, ORGANIZAÇÃO, RESISTÊNCIA E RECONSTRUÇÃO DE LAÇOS DE SOLIDARIEDADE.

foi acentuada, desde o golpe institucional de 2016 até a eleição de um presidente da República que, ao tomar posse no ano de 2019, explicitou a falta de compromisso com os mais vulneráveis da sociedade, promoveu ações de destituição de direitos, animou redes digitais de ódio contra adversários, cerceou a liberdade de expressão e assumiu-se como representante do discurso do negacionismo científico.

Em pouco tempo, experimentamos um processo de destruição da democracia de dentro para fora, tal como se deu em outros lugares do mundo, mas com as dificuldades próprias de uma sociedade que não havia conseguido consolidar suas

instituições em torno de uma cultura verdadeiramente democrática. A degradação da democracia no Brasil exigirá de todos nós muito esforço de diálogo, organização, resistência e reconstrução de laços de solidariedade.

Um feixe de madeira e um saco de batatas na porta de casa no inverno. Isso é a solidariedade da classe trabalhadora, pontuou o sociólogo inglês Raymond Williams (2015). O liberalismo exacerbou a ideia de competitividade individual em detrimento da solidariedade e da cooperação para enfrentar os desafios do presente e idealizar os projetos de futuro.

Williams nos alertou sobre a necessidade de distinguir as ideias que são sementes de vida daquelas que são sementes de morte. A extrema direita semeia no caos. Daí a ênfase de seus agentes em destruir direitos, estimular conflitos, criar situações de dualidade entre os poderes da República e enfraquecer instituições da sociedade civil comprometidas com a vida, os direitos humanos e as liberdades democráticas.

A pandemia de covid-19 foi um momento também de aprofundamento das desigualdades sociais e de aumento da concentração da riqueza em poucas mãos. Esse cenário significou a ampliação das disparidades socioeconômicas entre pobres e ricos e entre os sexos, com os salários da população feminina representando 38% da renda total do país e, seguindo a tendência mundial, com mulheres ganhando um terço daquilo que homens auferem, em geral.

Um relatório recente do World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais) inclui a análise sobre o impacto da doença que alargou a participação dos bilionários mundiais na riqueza global. No relatório, o Brasil é apontado como um dos países mais desiguais do mundo. Enquanto dez bilionários dobraram seus patrimônios, 160 milhões de pessoas foram arrastadas para a pobreza ao redor do mundo (OXFAM, 2021).

A pandemia alterou a ordem das interações sociais. Estamos, ainda, diante da necessidade de reaprender a estarmos juntos e conviver com

a diferença, para além do espaço doméstico. É preciso reconhecer a potência dos sujeitos e indagar a crianças e a jovens: “o que você fez com aquilo que a pandemia fez com você?”. Penso que esse é um caminho muito mais produtivo para o diálogo, do ponto de vista humano, pedagógico e cultural, do que aquele que parte do



pressuposto de que conteúdos foram “perdidos” durante a crise sanitária e que precisaríamos recuperar o tempo perdido a qualquer custo.

Os efeitos dessa aceleração em “busca dos conteúdos perdidos” já se fizeram notar em prejuízos à saúde mental de crianças e adolescentes em nossas escolas. O tempo não foi perdido, ele foi vivido na medida do possível por cada um dos indivíduos e famílias. Não sacrificar as experiências e aprendizagens de quem atravessou a pandemia com coragem e criatividade é o desafio para a construção de pontes na relação com o saber neste nosso cotidiano renovado.

Nesse cenário, houve o agravamento da questão social, em especial com o crescimento do quadro de precariedade do trabalho e do acesso à educação escolar para jovens. Apesar disso, houve também

a oportunidade para a constituição de redes de solidariedade e ajuda mútua, notadamente naqueles territórios de pobreza, onde o poder público se omitiu ou demorou a agir para minorar os problemas sociais, considerando ainda o isolamento social – que produziu impactos profundos na economia em comunidades populares com precárias redes sociais de proteção. E, em grande medida, essas redes foram criadas e fortalecidas nisso que chamamos aqui de “cultura digital”.

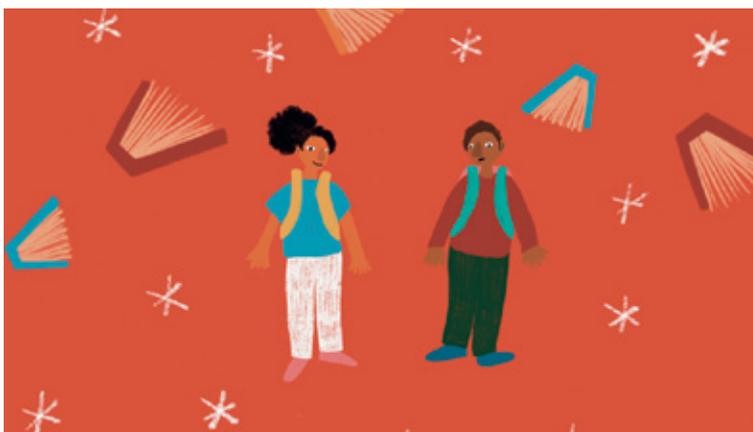
Na compreensão de Bruno Latour (2020), as elites abandonaram o fardo da solidariedade. E isso se dá em um quadro que pode ser resumido numa tríade perversa para os mais pobres e para o planeta: (1) o desmantelamento do Estado Previdência; (2) o negacionismo climático; e (3) a extensão vertiginosa das desigualdades. As novas gerações estão diante da

NÃO SACRIFICAR AS EXPERIÊNCIAS E APRENDIZAGENS DE QUEM ATRAVESSOU A PANDEMIA COM CORAGEM E CRIATIVIDADE É O DESAFIO PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTES NA RELAÇÃO COM O SABER NESTE NOSSO COTIDIANO.

iminência de ter de aprender a viver num mundo em ruínas, mas isso não é uma fatalidade e muito pode ser feito para evitar a “queda do céu”. Com a expressão, evoco o Xamã Davi Kopenawa no livro manifesto que narra como interromper a destruição da floresta amazônica (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

O sociólogo Boaventura de Souza Santos (2020), por sua vez, apresenta três cenários diante do nosso abismo civilizatório: o primeiro se faz com o aprofundamento da destruição da vida e das instituições democráticas; no segundo, a história continua em lutas sociais por melhorias sem alteração do sistema capitalista e da precarização da vida; e um terceiro e criativo cenário constrói coletivamente as condições para um bem viver com equidade e equilíbrio ambiental.

Quis fazer essas rápidas e gerais reflexões sobre o nosso momento social, cultural e político como um preâmbulo para inspirar nosso diálogo sobre as juventudes e culturas digitais num registro ampliado e para além do recorrente caminho que faz com que a preocupação com a técnica se



sobreponha à política. O momento é grave e a técnica, digital ou não, pode nos ajudar. Mas não sairemos do atoleiro sem a produção de esferas públicas democráticas conflitivas e reflexivas, e penso que isso é desafio para quem está envolvido com os aparelhos culturais públicos.

A ESCOLHA COMO DESTINO INESCAPÁVEL DE NOSSO TEMPO

Cultura é algo que se vive em comum. São conhecimentos, signos, valores e experiências compartilhadas. Em linhas gerais, é possível compreendê-la como a partilha de significados comuns

**JOVENS NÃO PODEM SER
CONCEBIDOS COMO UMA
CATEGORIA HOMOGÊNEA.
ELES E ELAS PRECISAM SER
CONSIDERADOS NUMA
PERSPECTIVA DE
MULTIPLICIDADE, ASSIM
COMO SÃO MUITAS AS
INTERSEÇÕES ENTRE
GERAÇÃO, CLASSE, RAÇA E
GÊNERO, EXPERIÊNCIAS E
USOS DOS TERRITÓRIOS,
INCLUINDO OS DIGITAIS,
NAS IDENTIDADES
COLETIVAS JUVENIS.**

ao redor de determinado modo de vida, bem como o domínio das experimentações que envolvem as artes, os aprendizados, as descobertas e o esforço criativo.

Jovens não podem ser concebidos como uma categoria homogênea. Eles e elas precisam ser considerados numa perspectiva de multiplicidade, assim como são muitas as interseções entre geração, classe, raça e gênero, experiências e usos dos territórios, incluindo os digitais, nas identidades coletivas juvenis. Os estudos sobre jovens e culturas juvenis tendem a oscilar as miradas entre os incorporados (com vínculos fortes com as instituições ou sistemas) e os alternativos ou dissidentes (contraculturais ou antissistêmicos), não incorporados aos esquemas da cultura dominante.

Diante das representações gerais sobre as idades, existe o jovem real de experiências múltiplas e resistentes – que não podem ser resumidas na imagem negativa do jovem perigoso dos espaços populares e periféricos, ou do “jovem herói”, capaz de, sozinho e sem redes de proteção, superar os desafios estruturais que herdou da sociedade.

O estudo dos “grupos culturais concretos”, a partir de suas práticas, representações e experiências de usos dos territórios, nos permite compreendê-los sem recorrer a categorizações prévias e estereotipadas. Investigar jovens em seus espaços culturais de vida, lazer e trabalho é também uma forma de dialogar com o outro, em diálogos que não são tão somente conceituais, mas são práticos, são da vida, são da fraternidade e da amizade, tudo que os encontros podem proporcionar. Precisamos, contudo, ter olhos para ver e ouvidos para escutar os sinais de nosso tempo.



Experimentamos uma passagem de época para uma sociedade planetária, e os recursos informacionais e digitais são decisivos nesse processo. Transformações estruturais se entrelaçam com a subjetividade e os indivíduos são permanentemente desafiados a se autofabricarem, não raras vezes, com poucos suportes e redes de apoio. É possível dizer que temos hoje mais recursos para a individuação no sentido da conquista da autonomia. Porém, isso se dá em contextos de profundas desigualdades de oportunidades.

Nesse cenário, a informação é fonte fundamental de produtividade e poder. E uma sociedade que a utiliza como seu recurso principal altera a estrutura constitutiva da experiência (MELUCCI, 2001. p. 16). Se por um lado todos são bombardeados por informações, por outro nem todos têm acesso a códigos e linguagens para organizá-las de maneira significativa. A capacidade de traduzir os códigos das mensagens – e passar de uma linguagem a outra – é uma medida do grau de autonomia ou

AQUILO QUE DESCARTAMOS É SEMPRE MAIOR DO QUE AQUILO QUE PODEMOS ACOLHER. É NESSE QUADRO QUE ADVÉM A SENSÇÃO CONSTANTE DE PERDA, FRUSTRAÇÃO, DEPRESSÃO E OUTRAS FORMAS DE SOFRIMENTO PSICOLÓGICO.

subordinação dos indivíduos. Aquilo que descartamos é sempre maior do que aquilo que podemos acolher.

É nesse quadro que advém a sensação constante de perda, frustração, depressão e outras formas de sofrimento psicológico. O sociólogo e psicólogo italiano Alberto Melucci aponta que o “eu” deve ser capaz de jogar e aprender a decidir quem é e o que quer a cada momento. O “eu” joga e assume identidades múltiplas no mesmo sentido daquele balanço estrutural da roda do carro que precisa oscilar para não quebrar. O indivíduo assume, então, o desafio de ser autônomo e de realizar eleições múltiplas no contexto de sociedades cada vez mais complexas. É assim que se pode dizer que escolher é um destino inescapável de nosso tempo, tal como assinalou Melucci.

Um dos grandes desafios educacionais, em especial num tempo da multiplicidade de informações e apagamento dos limites entre desinformação e verdade, encontra-se na produção de condições de aprendizagem para que estudantes possam fazer boas escolhas para si e para os outros.

Ocorre-me trazer para a nossa conversa a entrevista de Umberto Eco à revista *Spiegel*, no ano de 2009. “O Google é uma tragédia para os jovens”, afirmou o literato italiano. Ele concedeu a entrevista esclarecendo sua atuação na exposição no Louvre, que chamou de “vertigem das listas”, uma forma que encontrou de explicar que organizar boas listas sobre os mais diferentes assuntos seria uma medida de nossa qualidade cultural. A entrevista é muito instigante por demonstrar como em diferentes

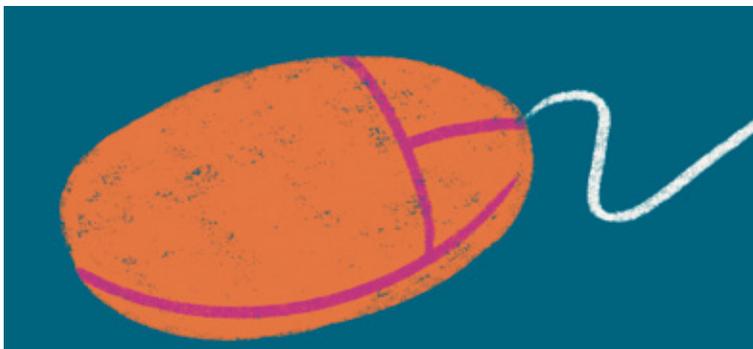
épocas de nossas sociedades, desde Homero até James Joyce e passando pelos renascentistas, a organização de listas foi uma “medida de cultura”. No caso específico do Google, que nos remete diretamente ao tema de nossa conversa, ele disse:

*O Google faz uma lista, mas, no minuto em que eu olho para minha lista gerada pelo Google, ela já mudou. Essas listas podem ser perigosas – não para pessoas mais velhas como eu, que adquiriram o conhecimento de outra forma, mas para os jovens, para quem o Google é uma tragédia. **As escolas precisam ensinar a fina arte de discriminar** (grifos meus).*

E complementa:

A educação deveria voltar à forma que era nas oficinas do Renascimento. Lá, os mestres não eram necessariamente capazes de explicar aos alunos o porquê uma pintura era boa em termos teóricos, mas eles faziam isso de forma mais prática. “Veja, o seu dedo pode se parecer com isso, mas ele é de fato assim. Veja, esta é uma boa mistura de cores [...]”.

A mesma abordagem deveria ser usada nas escolas ao lidar com a internet. O professor deveria dizer: “Escolha qualquer assunto, quer seja a história alemã ou a vida das formigas. Busque 25 páginas diferentes na internet e, ao compará-las, tente descobrir qual oferece uma boa informação”. Se dez páginas descreverem a mesma



coisa, pode ser um sinal de que a informação publicada está correta. Mas também pode ser um sinal de que alguns sites copiaram os erros dos outros.

Carlo Ginzburg também avaliou que a internet não seria potencialmente democrática e que tenderia a aprofundar as assimetrias se não dominássemos os instrumentos do conhecimento, domínio que ainda não pode prescindir da escola. O historiador italiano alertou que ao invés de reduzir as distâncias atreladas à hierarquia social, a internet as intensifica.

O Google pode ser um instrumento poderoso de pesquisa histórica e, ao mesmo tempo, ferramenta poderosa de cancelamento da história e de homogeneização cultural. No presente eletrônico, o passado se dissolve. Altera-se, assim, o mundo em que as futuras gerações irão viver. Num quadro de fragmentação do conhecimento e de perda da profundidade da história, os conceitos de presente e futuro se tornam mais frágeis. E o de passado também, ao menos o passado como os historiadores o viam, como assinala o Ginzburg.

Em maio de 2021, uma pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontou que 67% dos estudantes brasileiros não são capazes de distinguir fatos de opiniões ao fazer leitura de texto. A média dos outros 79 países para o mesmo fenômeno é de 53%. O documento da pesquisa alerta para o risco de que a desinformação leve à “polarização política, diminuição da confiança nas instituições públicas e falta de credibilidade na democracia”.

O GOOGLE PODE SER UM INSTRUMENTO PODEROSO DE PESQUISA HISTÓRICA E, AO MESMO TEMPO, FERRAMENTA PODEROSA DE CANCELAMENTO DA HISTÓRIA E DE HOMOGENEIZAÇÃO CULTURAL. NO PRESENTE ELETRÔNICO, O PASSADO SE DISSOLVE. ALTERA-SE, ASSIM, O MUNDO EM QUE AS FUTURAS GERAÇÕES IRÃO VIVER.

Eu não diria que o Google é uma tragédia. Ele é, porém, uma ferramenta poderosa que exige cada vez mais a nossa atenção para os vieses que as buscas podem produzir no contexto das determinações dos algoritmos que as produzem. De toda forma, Eco e Ginzburg nos provocam a pensar sobre educar para a fina arte de discriminar, elaborando boas listas e sem perder as rugosidades da história.

O OLHAR E AS IMAGENS

A nossa vida cotidiana é mediada por imagens. A descolonização do olhar é um outro desafio de nossas instituições que atuam nos campos da educação e cultura.

Trago para a nossa conversa uma passagem do Livro dos Abraços, de Eduardo Galeano, sobre o menino Diego que não conhecia o mar.



Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovakloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: – Pai, me ensina a olhar! (O Livro dos Abraços, Eduardo Galeano)

A citação de Eduardo Galeano sobre o menino Diego que não conhecia o mar e o apelo para que o pai o ajude a olhar parece-me criar uma instigante imagem acerca dos desafios educativos em sociedades que se tornaram eminentemente visuais e que necessitam ser decifradas. Essa decifração é essencial para que a opacidade dessas sociedades não nos devore ou dirija nossas existências sem que tenhamos conhecimento sobre a direção que nosso olhar e nossa compreensão do mundo são conduzidos. A cultura digital é também audiovisual e elemento preponderante da vida cotidiana, que pode ser compreendida como a relação entre o que é visível e os nomes que damos ao que é visto. Sobretudo, envolve o que é invisível ou escondido.

A internet é, por excelência, o meio de constituição e propagação de uma cultura visual que se tornou global. Especialmente para as gerações jovens, ela é o palco de *Comunidades Imaginadas* (Mirzoeff, 2016), que, ainda que vividas local e cotidianamente, criam sentimento de

pertencimento global. A *performance* e a representação de si nas redes sociais apresentam-se como características da vida diária. A “*selfie*” como representação fotográfica de si, por exemplo, antes de ser vista como um simples ato narcísico de um indivíduo autocentrado, deve ser vista como uma conversa digital que carrega em si códigos próprios de enunciação no contexto de determinada cultura visual, compreendida como modo de ver compartilhado em dada sociedade.

Um dos princípios mais importantes do processo educativo na atualidade relaciona-se com o estímulo à interpretação dos signos visuais que nos atravessam cotidianamente. Diante do torrencial fluxo de imagens que automatizam nossos modos de ver o mundo, o desafio é constituir estratégias para “desver”, ao estilo de Manuel de Barros, as mensagens dominantes que colonizam cotidianos para que, então, possamos imaginar futuros possíveis e nos maravilharmos com as coisas do mundo.

As imagens, quer sejam elas fotográficas, desenhadas ou em vídeo,

tornaram-se as principais interfaces da mediação do cotidiano. Não raro, as imagens que chegam até nós pelas telas dos computadores, dos *smartphones* e das TVs parecem apresentar uma realidade mais intensa e vívida do que o nosso próprio cotidiano.

Segundo a artista e professora Giselle Beiguelman:



Ganhando dimensões tridimensionais e multiplicando-se em canais online, como o Instagram e o TikTok, as imagens tornaram-se um dos espaços mais importantes de sociabilidade e comunicação do século XXI. Não seria exagero afirmar que a cultura visual contemporânea é indissociável da produção imagética nas redes. Nunca se fotografou tanto como em nossa época. Em 2015, estimou-se que a cada dois minutos eram produzidas mais imagens que a totalidade das fotos feitas nos últimos 150 anos (Beiguelman, 2021, p. 14).

Ainda seguindo reflexões de Beiguelman sobre as “políticas da imagem”, destaca-se que estamos diante do que a autora denominou de “plataformização da vida”, ou seja, estamos enredados em sistemas comandados por algoritmos cada vez mais aderentes a todas as nuances do cotidiano. Dessa forma, diante da indução de caminhos

de navegação e preferências de consumo, temos poucas chances de encontrar o inesperado, de estranhar o sempre igual e cultivar a imaginação. É nessa perspectiva que a autora formula a imagem de que somos “corpos informacionais”, imersos num “datacolonialismo” operado por modelagens algorítmicas.

O jornalista e professor Eugênio Bucci (2021), por sua vez, evoca o conceito de “economia da atenção”, que

[...] consiste em mercadejar com o olhar, com os ouvidos, o foco de interesse e a curiosidade um tanto aleatória dos consumidores. O esquema é elementar: primeiro o negociante atrai a “atenção” alheia; ato contínuo, sai por aí a vendê-la – mas, detalhe crucial, sai a vendê-la com zilhões de dados individualizados sobre cada um e cada uma que, no meio da massa, deposita seu olhar ansioso sobre as telas eletrônicas e entrega seus ávidos ouvidos aos headphones cada vez mais imperceptíveis. Os conglomerados da era digital elevaram o velho negócio do database marketing à enésima potência, com informações ultraprecisas sobre cada pessoa, e desenvolveram técnicas neuronais para magnetizar os sentidos dos ditos usuários. O negócio deles é o extrativismo do olhar e dos dados pessoais (Bucci, 2021, p. 18).

Para Bucci, vivemos em uma superindústria do imaginário. O capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. A economia é agora uma economia da atenção, criando isso que Bucci chamou de Superindústria do Imaginário.

É nesse cenário que se impõe a necessidade de criação de estratégias educativas e de investigação que descolonizem o olhar em nossos cotidianos: o olhar, que é elemento central nas interações humanas e pedra



de toque dos engajamentos nas redes digitais. A importância de se aprender a olhar é a de poder imaginar o outro para além de sua aparência imediata. Concordo com Claudine Haroche (2008) ao apresentar o debate do olhar no quadro da nossa “condição sensível” contemporânea, afirmando que só infligimos sofrimento ao outro porque temos dificuldade de imaginá-lo. É dessa forma que o mundo que se esquia à nossa representação e percepção torna-se obscuro. É preciso, então, que se estabeleçam processos educativos que, assim como suplicou Diego a seu pai à beira do imenso e belo mar, ensinem a olhar.

Educar o olhar em relação ao outro é um dos desafios da luta contra a barbárie. O olhar aqui é entendido como elemento central das interações humanas. Uma educação para o olhar nos permite imaginar o outro para além da aparência. A primeira imagem é a que fica? Ou a primeira imagem que nos chega é a que deve ser interpelada para que possa se despir de suas vestes mistificadoras?

Uma sociedade racista tende a nos entregar, na primeira vista,

uma imagem deteriorada do negro, do indígena ou do imigrante; uma sociedade machista nos oferece, de primeira, a imagem de submissão da mulher; por sua vez, uma sociedade adultocêntrica produz na imediatez a imagem inferiorizada de crianças e jovens. O combate às primeiras imagens é necessário para que elas não deitem raízes em nossas subjetividades e colonizem nosso olhar.

A LIBERDADE DE CRIAÇÃO NA ESCOLA

Há uma tensa relação entre os jovens e a escola, em especial porque a denominada “forma escolar”, o modo como a escola se organizou historicamente para transmitir conhecimentos, entra frequentemente em tensão com os modos de vida juvenis. Não é exagero dizer que a escola – e as instituições de aprendizagem – podem ser máquinas de sacrificar experiências. Crianças e jovens encontram muitas dificuldades para criar e dirigir as próprias atividades nos espaços e tempos escolares. Há uma superposição conflitiva entre a oralidade, a audiovisualidade e as formas escolares escriturais.

Assim, podemos dizer que os mercados culturais são mais ágeis para compreender processos de inovação e criar pontes para o diálogo com os jovens, ainda que de forma interessada na busca de valorização e ganhos com processos e produtos que promovem. Há uma histórica desconfiança do mundo adulto sobre os tempos livres de crianças e jovens. O impulso de controlar tempos e espaços e de dirigir as atividades deixa poucas brechas para a inventividade e a criação.

O senso comum está povoado de imagens que evocam riscos e improdutividades educativas no tempo livre de crianças e jovens.

Que tal essas sentenças: “Todos os vícios do homem começam com a vagabundagem da criança” (Victor

Hugo); “A rua, essa escola do vício e do crime” (Benjamin Constant). E o clássico do senso comum que demoniza a liberdade do tempo ao dizer que “cabeça vazia é oficina do diabo”. O cineasta italiano Roberto Rossellini (1979) nos proporcionou uma instigante pergunta: “Não lhes parece estranho educar para a liberdade em condições de aprisionamento?”.

A multiplicidade que emerge das relações entre as diferenças só pode ocorrer em contextos em que a educação é concebida como prática da liberdade, inclusive de tempos e espaços, tal como nos ensinou Paulo Freire.

O desânimo dos alunos e a falta de sentido na escola, em grande medida, ocorrem porque a escola organizou a sua autoridade na ideia de que o presente é tão somente o momento do esforço que trará recompensas no futuro. E o que fazer quando jovens percebem que o futuro foi sequestrado pelas nossas sociedades do risco, da imprevisibilidade e da insegurança?

Isso se torna evidente com o fenômeno do desalento de jovens

**A MULTIPLICIDADE QUE EMERGE DAS
RELAÇÕES ENTRE AS DIFERENÇAS
SÓ PODE OCORRER EM CONTEXTOS
EM QUE A EDUCAÇÃO É CONCEBIDA
COMO PRÁTICA DA LIBERDADE,
INCLUSIVE DE TEMPOS E ESPAÇOS.**



diante do mercado de trabalho que desapareceu diante de seus olhos. Os arranjos escolares do presente não fazem sentido diante das experiências de vida, sociais e culturais, dos estudantes. É preciso compreender esse quadro de desencanto para reencontrar o sentido da presença em nossas instituições de educação e cultura.

Não me parece que possa ser determinado um modelo para encontrar o caminho para que nossas instituições de educação e cultura sigam sendo para todos, mas que façam sentido para cada um e uma de nós. Contudo, em conjunto com as nossas melhores intenções

pedagógicas e culturais, deveríamos abrir mais espaço para a atenção às experiências, representações sobre o mundo e sentido de presença de crianças e jovens. Penso aqui no “Método para o Diálogo” do poeta espanhol Antonio Machado – e olha eu falando em método ao mesmo tempo que digo que não há fórmula ou modelo. O método é simples, porém de complexa operacionalização cotidiana. Ele diz: “Para o diálogo, primeiro pergunte. Depois, escute”.

Por fim, e pensando na conversa que teríamos por aqui sobre bibliotecas, lembrei da pesquisa de minha dissertação de mestrado

que defendi no longínquo ano de 1992. Chamei a pesquisa de “Se der tempo a gente brinca: o lúdico e o lazer da criança que trabalha e estuda” (CARRANO, 1992, p. 199). A pesquisa foi uma busca por compreender quais espaços e tempos crianças trabalhadoras e estudantes conseguiam articular para a diversão e o brincar. A pesquisa foi feita em três escolas públicas de ensino fundamental das favelas da Maré, zona norte do Rio de Janeiro.

Cito aqui o diálogo sobre a biblioteca na escola que tive com duas crianças, de 12 e 11 anos, ambas matriculadas na terceira série. Nas falas, podemos perceber o fascínio que a biblioteca exerce sobre os alunos e, também, a sonnegação do direito à leitura realizada pela escola:



Eu já pedi à tia pra ir à biblioteca, mas ela diz que não pode porque tem muita matéria atrasada. Eu queria ir lá só pra ler [...] deve ter livro legal [...]. Se eu fosse do governo, eu colocaria uma biblioteca no pátio pra todo mundo ler. Pra não ficar brincando e entrar na biblioteca (Edvaldo – 12 anos).

Eu, se fosse presidente do Brasil, eu deixava até brincar, mas também teria o direito de ir para a biblioteca (Washington – 11 anos).

A biblioteca era uma figura ausente no cotidiano das escolas investigadas. Nos dois casos, representava não mais do que uma minúscula sala contígua ao gabinete da direção, onde alguns livros enfeitavam vitrines de armários de madeira. Os cadeados que trancavam as portas dos armários pareciam querer lembrar aos possíveis usuários que os livros ali guardados eram produtos de consumo restrito, inacessíveis aos não autorizados.

No contato com os alunos, percebi a maneira como a instituição escolar negligenciava o uso do livro e

a leitura como recurso educativo e elemento político-pedagógico de emancipação e construção do leitor-autor. O relacionamento das crianças com a atividade de leitura reduzia-se às atividades de sala de aula, como uma atividade obrigatória, em última análise, um dever.

Quando indagadas sobre suas atividades de leitura, invariavelmente as crianças responderam que só leem quando a “professora manda”. O processo de relacionamento instrumental com o ato de ler parece ser coerente com a inexistência de bibliotecas enquanto espaços de relacionamento livre e criativo dos alunos com a leitura. Por outro lado, do ponto de vista de uma concepção crítica do ensino, torna-se impossível pensar na escola sem biblioteca.

Já se vão 30 anos desde a minha pesquisa de mestrado, e a citação pode parecer anacrônica a vocês que têm as bibliotecas como território de vida, trabalho cultural e pedagógico no tempo presente. O país havia recém-saído de uma ditadura militar, crianças trabalhavam e as escolas que pesquisei não possuíam bibliotecas

para seus estudantes. Pergunto, então, para a nossa reflexão e diálogo, se ainda há atualidade nas referências que trouxe sobre o direito de brincar e o direito à biblioteca. E, dito isso, encerro, agradeço a atenção e me coloco à disposição para o diálogo.

O RELACIONAMENTO DAS CRIANÇAS COM A ATIVIDADE DE LEITURA REDUZIA-SE ÀS ATIVIDADES DE SALA DE AULA, COMO UMA ATIVIDADE OBRIGATÓRIA, EM ÚLTIMA ANÁLISE, UM DEVER.



REFERÊNCIAS

BEIGUELMAN, Giselle. Políticas da imagem, vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

BUCCI, Eugênio. A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2021.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Se der tempo a gente brinca: o lúdico e o lazer da criança que trabalha e estuda. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Dissertação de Mestrado, 1992.

GALEANO, Eduardo. O Livro dos Abraços. Porto Alegre: L&PM, 2005.

HAROCHE, Claudine. A condição sensível: formas e maneiras de sentir no Ocidente. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

KOPENAWA, David & ALBERT, Bruce. A queda do céu – palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LATOURL, Bruno. Onde aterrar? – Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MELUCCI, Alberto. Vivencia y convivência – teoria social para uma era de la información. Madrid: Editorial Trota, 2001.

MIRZOEFF, Nicholas. How to See the World: An Introduction to Images, from Self-Portraits to Selfies, Maps to Movies, and More. New York: Basic Books. Edição do Kindle.

OXFAM. Pandemia e desigualdades: super-ricos recuperam perdas em tempo recorde, os mais pobres terão que esperar mais de uma década. In: OXFAM, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/pandemia-e-desigualdades-super-ricos-recuperam-perdas-em-tempo-recorde-os-mais-pobres-terao-que-esperar-mais-de-uma-decada/> Consultado em 01.07.2022.

ROSSELLINI, Roberto. Um espírito libre no debe aprender como esclavo – escritos sobre cine y educación. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979.

SANTOS, Boaventura de Souza. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

WILLIAMS, Raymond. Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: editora Unesp, 2015.



SOBRE O AUTOR

PAULO CARRANO

Doutor em Educação, com pós-doutorado em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Lisboa (ULisboa). É bolsista produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e integra a linha de pesquisa Intelectuais, Juventudes e Educação Democrática do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF.



BATALHAS PERIFÉRICAS:

juventudes conectadas e espaço público ampliado

REGINA NOVAES
UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

as práticas digitais estão inseridas no atual momento histórico e expressam diferentes modos de pensar e agir existentes na sociedade contemporânea. Sendo assim, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) são também espaços de confronto onde estão presentes lutas por reprodução e/ou por modificação de valores e representações. Ou seja, por meio de tais tecnologias se expressam velhas e novas contradições da sociedade.

Potencializando hierarquias e preconceitos preexistentes, a internet

serve para exacerbar consumismos e individualismos. Redes sociais favorecem, por exemplo, a circulação de *bullying*, cancelamentos ou práticas de pedofilia. Porém, ao mesmo tempo que ataques racistas e homofóbicos ganharam espaço na *web*, as TIC também contribuíram para quebrar isolamentos e ampliar as possibilidades de identificação entre atores e grupos subalternos.

Via internet, diferentes correntes de pensamento, posicionamentos políticos e alternativas religiosas se expõem umas às outras como nunca aconteceu antes. Negacionismos e

novas utopias progressistas estão sendo concomitantemente gestados nacional e internacionalmente. Por outro lado, para além das polarizações, quase nada da vida social acontece ao largo das interações entre o presencial e o virtual.

Segundo Castells (2013), “os cidadãos da Era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com matérias-primas do seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças”. Textos, fotos, vídeos e *stories* são muitas vezes compartilhados em tempo real. Assim, acontecimentos presenciais e virtuais se interpenetram e se tornam ingredientes complementares para a construção de uma mesma “realidade”.

Para os jovens, “não basta viver, é preciso contar nas redes” (BRITO, 2014). Os efeitos de uma progressiva

interpenetração entre um mundo *online* e *offline* podem ser observados na vida cotidiana. Segundo Rosalía Winocur (2012), “com as telas de computador onipresentes nos domicílios, a exibição da vida privada das celebridades na TV e das pessoas comuns nos programas sentimentais e nos *reality shows*”, o público, o privado e o íntimo passaram por “intensos reordenamentos”. É nessa “realidade” que se socializa a juventude de hoje.

JUVENTUDES ATIVISTAS: REORDENAMENTOS ENTRE VIDA PESSOAL E CAUSAS PÚBLICAS

Nos dias de hoje, temos de decidir todo o tempo sobre o que é comunicável ou não, com quem compartilhar nossa intimidade, em que momentos e em quais espaços reais ou virtuais. Daí surgem as noções de “intimidade privada” e “intimidade pública” (WINOCUR, 2012).

Entre jovens engajados em defesa de causas sociais surge ainda outra vertente: a “intimidade com causa pública” (NOVAES, 2017). Segundo Souza Lanes (2017), “falar de si, contar sua própria história em seus próprios

O PÚBLICO, O PRIVADO E O ÍNTIMO PASSARAM POR “INTENSOS REORDENAMENTOS”.

termos é um aspecto relevante da militância”. Experiências pessoais que conferem sentido à militância e fragmentos de trajetórias tornam-se publicamente disponíveis nas redes sociais, principalmente no Facebook, Twitter, canais do Youtube, *blogs*, fotoclubes etc.

Em defesa de suas bandeiras, jovens ativistas também ressignificam fronteiras entre o privado/intimo e o público. Nas redes, circulam narrativas que mobilizam afetos, constroem reputação, são fontes de prestígio e, ainda, de reconhecimento de autoria. Por exemplo, podemos citar o estupro como um dos temas recorrentes entre as jovens que narram acontecimentos na primeira pessoa, criando uma coincidência entre o autor, o narrador e o personagem.

Aqui, vale lembrar também dos depoimentos pessoais de mulheres sobre abuso sexual que circularam pela internet no ano de 2016. Naquela conjuntura, transitando entre o público e o privado, mulheres de diferentes partes do mundo foram apresentando o que era (ou não) “comunicável” (pessoal ou

NAS REDES, CIRCULAM NARRATIVAS QUE MOBILIZAM AFETOS, CONSTROEM REPUTAÇÃO, SÃO FONTES DE PRESTÍGIO E, AINDA, DE RECONHECIMENTO DE AUTORIA.

coletivamente) sobre os abusos sexuais experimentados.

Pesquisas qualitativas mostram que “causas” chegam em diferentes circunstâncias e por diferentes mediações e mediadores (BRITO, 2014; NOVAES 2012 e 2017; SOUZA LANES, 2017). Padres, agentes de pastoral, grupos de igrejas (sobretudo católica, mas também evangélica) e professores de ensino médio (especialmente de história, geografia e sociologia) são muitas vezes referenciados como personagens que despertaram jovens para causas sociais. Como contextos que contribuíram para despertar uma visão crítica, destacam-se projetos sociais desenvolvidos por fundações, organizações não governamentais e programas governamentais – entre os mais citados estão os Pontos de

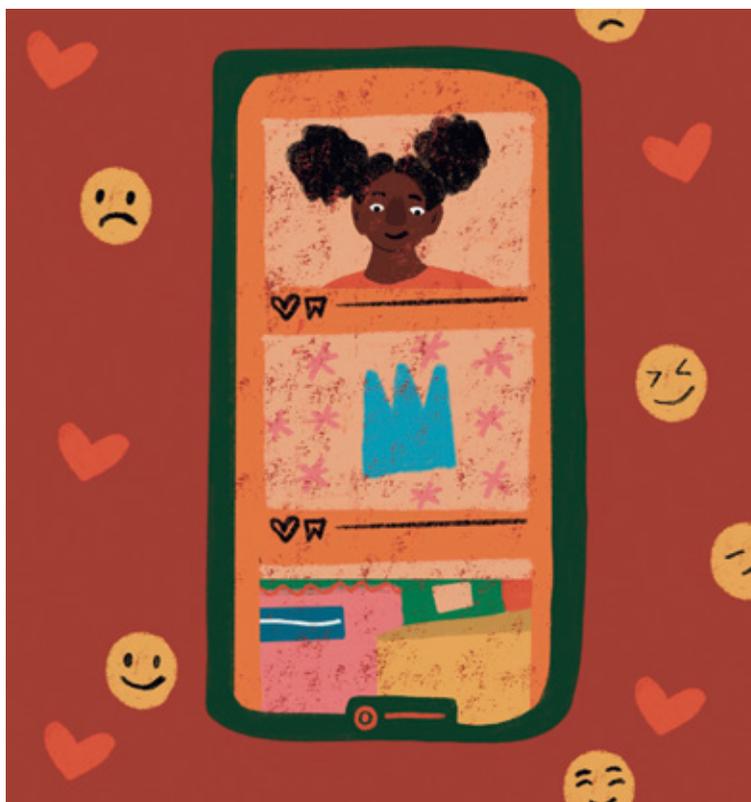
Cultura e o Programa Universidade Para Todos (Prouni).

Contudo, mais recentemente, como espaços de socialização para o engajamento ganham destaque os “mediadores pares”, que conquistam seguidores virtuais e angariam adesões para suas causas por meio de mensagens e atividades artísticas e culturais, virtuais ou presenciais.

É nesse cenário que, no Brasil, espalharam-se “coletivos juvenis” enquanto *locus* de criação estética e experimentação política. De maneira fluida, horizontal e dinâmica, tais coletivos (re)constroem laços afetivos e identidades políticas. Suas ações combinam experiências pessoais e causas sociais, trazendo repercussões tanto na biografia dos participantes quanto na composição do espaço público.

Informações (auto)biográficas dão “concretude” ao questionamento das desigualdades e exclusões sociais. Por meio de relatos e histórias pessoais, jovens fazem circular suas narrativas sobre injustiças sofridas por discriminações, ancoradas em preconceitos de classe, raça,

etnia, orientação sexual, identidade de gênero, religião ou sobre criminalização do lugar de moradia (em favelas e periferias), que se transformam em produções literárias e artísticas (reggae, hip hop, funk, break) e motivam também a invenção de novos espaços culturais (saraus e batalhas poéticas/slam).



JUVENTUDES PERIFÉRICAS: COMUNICAÇÃO ENTRE REDES E TERRITÓRIOS DE SIGNIFICADOS

Como sugere o sociólogo Pierre Bourdieu (2007), o mundo social é produto e produtor de lutas que são, inseparavelmente, cognitivas e políticas. Nesse contexto, grupos de jovens têm produzido deslizamentos cognitivos, dentre os quais se destaca a ressignificação da palavra “periferia”. Essa palavra ganha especial protagonismo, tornando-se um amálgama que permite uma identificação entre “jovens com (distintas) causas”.

Em sua origem etimológica, periferia remete àquilo que rodeia um determinado centro, como uma zona, um contorno ou um perímetro. São basicamente os “arredores”. Na geografia econômica e economia, a periferia designa o conjunto dos países subdesenvolvidos, em oposição ao centro constituído pelos países industrializados e avançados.

No Brasil de 1970, estudiosos de ciências sociais enfatizaram a noção de periferia como um conceito

AO MESMO TEMPO, SOCIÓLOGOS, ARQUITETOS E URBANISTAS DÃO NOVOS CONTORNOS AO CONCEITO DE PERIFERIA, REFERINDO-SE “ÀS PARCELAS DO TERRITÓRIO DA CIDADE QUE TEM BAIXA RENDA DIFERENCIAL”.

explicativo sobre as particularidades do desenvolvimento urbano de uma metrópole de um país industrial subdesenvolvido. Naquele contexto histórico específico, os chamados “movimentos sociais urbanos” se tornaram objeto de estudo. Ao mesmo tempo, sociólogos, arquitetos e urbanistas dão novos contornos ao conceito de periferia, referindo-se “às parcelas do território da cidade que tem baixa renda diferencial”, vinculando as formas de ocupação do território urbano à estratificação social.

Já na linguagem cotidiana, o uso da palavra periferia era frequente apenas em São Paulo, nossa metrópole maior. Porém, nas últimas décadas tem sido mais usada por jovens não só em outras

grandes cidades, mas também em diferentes rincões do país, urbanos ou rurais. Ao grupo de rap paulista denominado Racionais MC's tem atribuído um papel fundamental de ampliação do significado dessa palavra. Vejamos as rimas de "Periferia é periferia":

*Periferia é periferia... Que horas são, não sei responder...
 Periferia é periferia.../ Milhares de casas amontoadas...
 Periferia é periferia.../ Vacilou, ficou pequeno pode acreditar.../
 Periferia é periferia.../Em qualquer lugar.../ Gente pobre...
 Periferia é periferia.../ Vários botecos abertos, várias escolas vazias...
 Periferia é periferia.../ E a maioria por aqui se parece comigo.../
 Periferia é periferia.../Mães chorando, irmãos se matando, até quando...
 Periferia é periferia... /Em qualquer lugar.../ Gente pobre...*

Também é dos Racionais a letra de "Trutas e quebradas", que (1) nomeia dezenas de bairros nos arredores de São Paulo ("Obrigado Deus por eu poder caminhar de cabeça erguida/ Ae Jaçanã, Serra Pelada, Jardim Hebron, de fé/Firmeza, Valcinho? E ae 9 de julho. É nós? Welling, Pulguento, tá valendo?"); (2) denuncia condições de vida, mas valoriza o território em que vivem ("amo minha quebrada"); e (3) convoca ("garotos da periferia sacode a rede/ que vocês são o amanhã, certo?").

A importância dos Racionais MC's foi destacada pelo sociólogo Tiarajú Pablo D'Andrea (2013) em sua tese de doutorado intitulada "A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo". D'Andrea atribui ao grupo a criação de um novo entendimento sobre o que seja "periferia". Segundo ele, após o surgimento dos Racionais e do discurso por eles elaborado, "nunca mais a visão sobre a periferia seria a mesma" (D'ANDREA, 2013). O "sujeito periférico" surge quando o "indivíduo

passa a agir politicamente” a partir do orgulho do local onde mora.

Atingidos pela “discriminação por endereço”, que cerceia seus acessos e oportunidades de estudo, trabalho e lazer, “jovens com causas” reivindicam segurança, serviços e políticas públicas, fazendo da reafirmação de seu pertencimento aos locais onde vivem um antídoto à criminalização espacial – forte componente de sua exclusão social. Nesse processo, a palavra “periferia” passa de estigma a um emblema que pode ser usado para descrever trajetórias, definir um espaço de atuação ou de afirmação de identidades compósitas. Vejamos quatro exemplos:



1. Tony Marlon é participante da Rede Jornalistas das Periferias e afirma: “O Sobrevivendo no Inferno [álbum dos Racionais MC’s] foi a política pública que nenhuma prefeitura fez: me deu identidade. Isso nos anos 1990. E os sararus fizeram o mesmo nos anos 2000. Se o rap me deu direito de existir, o sarau me deu o palco [...]”.

2. Aline Anaya é pedagoga e poeta que atua no Coletivo Audácia (voltado para atividades educativas com mulheres negras e periféricas) e afirma: “Essa busca nos levou a fazer uma busca ancestral sobre quem somos: a periferia é construída por pessoas pretas e indígenas. Tudo isso mudou meu olhar. Tenho muito orgulho de ser preta e periférica”.

3. Bernardo Jorge Mariano da Silva nasceu e se criou na cidade de São Paulo. Ele afirma: “Sou bissexual, negro, periférico, sonhador, criativo, um pouco maluco e triste de segunda a sexta e totalmente normal e risonho no fim de semana [...]”.

4. Fani Trindade, estudante de cinema, conta que é fundadora do Coletivo Migas: “periféricas, onde tratamos das questões LGBT na periferia de São Mateus, zona leste de São Paulo [...]”.

Nesse processo, pode-se observar que a palavra “periferia” deixa de ser usada apenas como substantivo que designa determinado território, em oposição aos centros geográficos/ econômicos, e passa a adjetivar sujeitos e visões de mundo. Grupos de jovens – sobretudo moradores de favelas e de precários conjuntos habitacionais constituídos na intercessão entre pobreza, falta de serviços públicos e violência do tráfico e da polícia – acatam e dão novos sentidos a essa palavra.

Por tudo isso, a categoria “periferia” merece uma atenção especial. Seus sinônimos (quebrada, favela, comunidade etc.), seus antônimos (asfalto, jardins, cidade etc.), bem como seu antagonista principal (os poderes públicos e o Estado), revelam aspectos

importantes da desigualdade social brasileira. Contudo, certamente, seu espraiamento pelos territórios pelo Brasil afora só se tornou possível pela estreita complementariedade com as redes.

LITERATURA DA PERIFERIA – TERRITÓRIOS E REDES: DOIS LADOS DE UMA MESMA APOSTA

Desde os anos 1990, participantes de projetos sociais, programas governamentais e grupos autônomos mostraram a inventividade dos jovens na música, na dança, no grafite e nas representações teatrais. A novidade é o maior reconhecimento da “literatura da periferia” ou “literatura periférica”.

Em 2016, no Rio de Janeiro, durante a Festa Literária da Periferia (Flup), aconteceu o primeiro

**NESSE PROCESSO, PODE-SE OBSERVAR QUE A PALAVRA
“PERIFERIA” DEIXA DE SER USADA APENAS COMO
SUBSTANTIVO QUE DESIGNA DETERMINADO TERRITÓRIO, EM
OPOSIÇÃO AOS CENTROS GEOGRÁFICOS/ECONÔMICOS, E
PASSA A ADJETIVAR SUJEITOS E VISÕES DE MUNDO.**

campeonato de poesia falada da América Latina. No mesmo ano, seis jovens brasileiros, entre eles uma mulher, foram à Copa do Mundo de Slam na França, com *performances* traduzidas simultaneamente. Nos anos seguintes, as mídias sociais também veicularam notícias do Slam das Minas, grupo que reúne jovens mulheres poetas em Brasília, São Paulo e outros estados. Segundo a poetiza Jéssica Balbino, “o slam contribui na autorrepresentação de minorias como mulheres, negros, lésbicas e gays e moradores das periferias em geral” (BALBINO, [2016]).

Como disse Júlio Ludemir, um dos organizadores da Flup, em entrevista ao jornal O Globo, publicada em 2 de novembro de 2017: “sempre se duvidou que existissem leitores e escritores na favela”. Na mesma reportagem, Écio Salles, também organizador da Flup, completou: “é preciso se contrapor à visão de que a escola pública só produz ‘analfabetos funcionais’”. Em cinco anos de Festa Literária, entre atividades nos territórios e nas redes sociais, os organizadores afirmaram



ter encontrado muitos escritores na escola pública.

Esse processo de reconhecimento aos poucos foi ganhando visibilidade e se diversificando por causas e identidades. Como afirmou Regina Dalcastagné, professora titular de Literatura Brasileira na Universidade de Brasília (UnB), em uma palestra na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), “os coletivos de autoria negra tiveram início no final dos anos de 1970, começo dos anos 1980, de onde surgiram várias editoras especializadas. Hoje, são muitos sites

OBRAS DE ESCRITORES NEGROS, PERIFÉRICOS, DE MULHERES E MESMO JOVENS, FORA DO EIXO RIO-SÃO PAULO, TENSIONAM O CHAMADO “CAMPO LITERÁRIO”, REPERCUTINDO NAS HIERARQUIAS E INTRODUZINDO NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO.

e *blogs* que armazenam e divulgam uma rica, extensa e variada produção de ‘uma garotada de diferentes regiões do país, se juntando e publicando coletâneas belíssimas em formato digital aqui e ali, divulgando seu trabalho gratuitamente pelas redes sociais”.

Obras de escritores negros, periféricos, de mulheres e mesmo jovens, fora do eixo Rio-São Paulo, tensionam o chamado “campo literário”, repercutindo nas hierarquias e introduzindo novas formas de produção e circulação. Um bom exemplo é o Slam Resistência que, desde 2013, reúne poetas e apreciadores de poesia na Praça da República, no centro de São Paulo. Foi lá que Lucas Koka apresentou um poema que, repudiando a escravidão, a homofobia e o machismo, propõe:

“Ninguém aqui vai voltar/ para a senzala,/ para o armário/ e nem para a cozinha”. Dias depois, esse poema já contava com 42.566 visualizações no YouTube (setembro de 2017).

NOTA FINAL: PARA AS JUVENTUDES, MAIS BIBLIOTECAS ENTRE TERRITÓRIOS E REDES

Sem dúvidas, hoje podemos dizer que existem variadas iniciativas de jovens que têm se mostrado capazes de agir sobre esse mundo que os discrimina. Por meio de um novo repertório de palavras, linguagens e expressões artísticas, jovens ativistas realizam a necessária articulação entre a busca de igualdade, entendida como o acesso a direitos e oportunidades, e a valorização da diversidade, como reconhecimento de suas identidades.

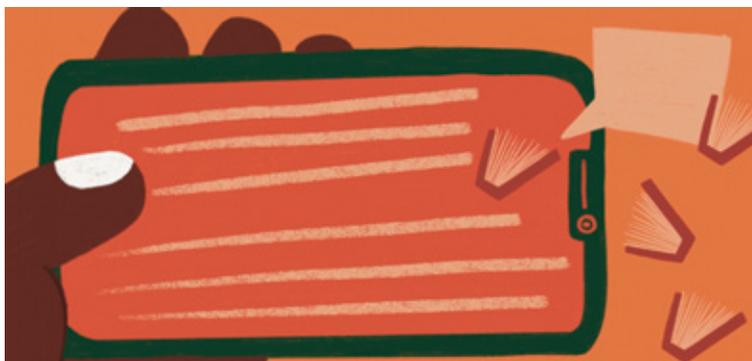
Evocando o *slogan* “eu sou porque todos somos” (conhecido princípio filosófico chamado Ubuntu), tais jovens vão construindo novas representações – mentais, gráficas, verbais, musicais, teatrais – do mundo social. Situando suas histórias de vida na história social, ao “falar de si” e das causas que os mobilizam, essas parcelas da juventude brasileira passam a fazer parte das disputas e alianças entre diferentes atores políticos. E, dessa maneira peculiar, levam sua voz ao espaço público.

É verdade que, do ponto de vista estatístico, tais iniciativas não representam toda a juventude. Trata-se de “minorias ativistas”, pois a grande maioria da juventude brasileira está no corre-corre da sobrevivência, sem oportunidade de questionar injustiças e desigualdades. Contudo, mesmo considerando a necessidade de contornar deficiências de conexões virtuais e os limites de seus celulares, hoje há chances para que, cada vez mais, tais minorias ampliem seu raio de comunicação.

Com efeito, durante a crise sanitária dos últimos anos, que escancarou desigualdades de acesso aos meios

digitais, afetando sobretudo os jovens mais pobres, ao acompanhar pela internet grupos e coletivos juvenis observamos:

- 1.** a intensificação de postagens de temas de “interesse público” – como informações sobre vacinas e distribuição de cestas básicas ou itens de higiene pessoal –, que permitiram disseminação mais ampliada de conteúdos críticos aos negacionismos e à ausência de políticas públicas;
- 2.** o aumento das interações virtuais entre coletivos juvenis antirracistas e/ou com causas identitárias; e
- 3.** a diversificação dos circuitos de difusão de depoimentos autobiográficos que, em suas diferentes formas literárias e musicais, vêm viabilizando a comunicação entre jovens ativistas e não ativistas.



Por essas vias, juventudes periféricas conectadas se fazem presentes no espaço público com suas causas, demandas e aprendizados. Após a pandemia, certamente, surgirão novos arranjos e combinações entre iniciativas presenciais e virtuais que estão (e estarão) sempre em transformação. Por fim, lembrando que as transformações culturais não são dadas pelas ferramentas tecnológicas em si, uma vez que

dependem das disputas e dos contextos sociais que as demandam, podemos dizer que, cada vez mais, a importância das bibliotecas é indiscutível. Para as juventudes: mais bibliotecas e menos “clubes de tiros”. Bibliotecas vivas valorizam territórios periféricos, exploram potencialidades de redes sociais e podem sempre incluir novos autores, atrair diversos atores e contar com a participação de jovens ativistas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo, Editora UNESP, 2007

BRITO, R. S. Diferentes, desiguais e conectados. Vivências Juvenis, representações midiáticas e negociação de sentidos na cena metropolitana. Tese de Doutorado, PPGSA/UFPa, Belém, 2014.

CABRAL, M. Trutas e quebradas Revista Página 22, FGV EAESP, número 107, jun/jul 2017.

CASTELLS, M. Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet, Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

D'ANDREA, T. P. A formação de sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2013.

NOVAES R. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. Religião e Sociedade, vol. 32, número 1, 2012.

NOVAES, R. Batalhas periféricas: juventudes, poéticas e espaço público. UNIRIO, 2017.

SAFATLE, A e CABRAL, M. É preciso transver o mundo. Entrevista com Maria Alice Setubal e Tony Marlon Revista Página 22, FGV EAESP, número 107, jun/jul 2017.

SOUZA Lanes, Patricia A. Entre becos e ONGs: etnografia sobre engajamento militante, favelas e juventude. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, ICHF, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Niterói, 2017.

Vários Autores/as. Escritos e Imaginários Programa Jovem Monitor/a Cultural (PJMC), Instituto Pólis, 2016.

WINOCUR, Rosalía La intimidad de los jovenes en las redes sociales. Revista Telos (cuadernos de Comunicación y Innovación), Madrid, abril-junio,2012, pp 179-193.



SOBRE A AUTORA

REGINA NOVAES

Doutora em Antropologia Social pela USP, graduada em Ciências Sociais e mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lecionou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e UFRJ. Suas pesquisas abrangem os temas movimentos sociais no campo; juventude; religião; cultura; cidadania e a violência e o lugar das novas tecnologias de informação e comunicação na vida dos jovens. É pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Juventude da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.



DESINFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO EDUCATIVA: **construindo a voz das bibliotecas**

RODRIGO RATIER
UNIVERSIDADE DE
SÃO PAULO/VAZA,
FALSIAINE!

O tema chegou com força e, decorridos alguns anos, já é seguro afirmar: a desinformação veio, infelizmente, para ficar. Sobre a sua eclosão em escala planetária – podemos situar o ano de 2016 com o Brexit, a eleição de Donald Trump e a vitória do “não” no referendo de paz colombiano como marcos fundantes –, é possível hipotetizar que se trataria de situação transitória, presente em “ondas” crescentes (sobretudo em contextos eleitorais), mas que depois arrefeceriam de volta à situação anterior, em que

os fluxos de informação confiável, racionais, baseados em procedimentos profissionais e comprometidos com o real voltariam a ser a tônica do ecossistema informacional.

Os anos 2020 já não permitem esse engano. A desinformação é uma situação estrutural, não um fenômeno episódico (ROMERO-RODRIGUEZ; DE-CASAS; PEDREIRA, 2018). A emergência da sociedade de redes e as formas pelas quais a disseminação da informação se configurou nas mídias sociais ofereceram terreno propício para o desenvolvimento de espaços onde os relatos supostamente comprometidos

com o retrato do real falham justamente em retratar o real (PINHEIRO; BRITO, 2014). Vivemos em um contexto de desordem informacional ou de “influxação”, isto é, em ambientes nos quais as informações confiáveis e de boa qualidade se misturam às enviesadas, distorcidas ou simplesmente falsas, sem que seja possível distinguir uma categoria da outra.

Nesse cenário de desordem e de intoxicação dos conteúdos, a desinformação pode ser caracterizada de duas maneiras. A primeira engloba todos os tipos de ruído à informação, incluindo os situados na dimensão da produção: boatos, sensacionalismo, enviesamento, descontextualização,

fraude, falsa equivalência etc. São aqueles oriundos de equívocos em procedimentos e na construção de processos, notadamente os erros jornalísticos, e os derivados de incompreensões na recepção, além da confusão entre opinião e/ou humor com o relato do real. Uma segunda definição, um pouco mais estrita, considera desinformação apenas o conteúdo distorcido intencionalmente, uma linha que pode ser difícil de riscar no chão.

De todo modo, ambas as definições apontam para um esclarecimento fundamental: desinformação não é *fake news*. As *fake news* são conteúdos reconhecidamente falsos ou com ao menos um elemento inverídico e viralizável pelas redes sociais, com características de mimese do formato jornalístico – do contrário, não seriam *news* – e de autoria não discriminada ou encoberta (PRAZERES; RATIER, 2020). Na esfera pública, porém, prevalece a denominação *fake news* como sinônimo de todo tipo de enganação. São conhecidas as alegações de “*fake*” para se esquivar

AS FAKE NEWS SÃO CONTEÚDOS RECONHECIDAMENTE FALSOS OU COM AO MENOS UM ELEMENTO INVERÍDICO E VIRALIZÁVEL PELAS REDES SOCIAIS, COM CARACTERÍSTICAS DE MIMASE DO FORMATO JORNALÍSTICO.

de responder ao teor dos relatos. O termo é desgastado até mesmo pelo uso retórico e precisa ser acuradamente circunscrito. E isso não é feito sem uma mediação qualificada.

É sobre isso que iremos tratar. Como escolas e equipamentos educacionais e culturais, como as bibliotecas, por exemplo, podem construir uma mediação que auxilie no enfrentamento dessa questão que, não é demais frisar, é multifacetada e estrutural? O que cabe a essas instituições e o que não? Como lidar com expectativas muitas vezes desmedidas sobre o “poder da educação” e, ainda assim, caminhar no sentido de fazer alguma diferença no cenário distópico em que vivemos? Vale a pena recuar algumas décadas para refletir sobre como a educação tratou a mídia na história recente.

Em uma brevíssima retrospectiva da história do que hoje se convencionou chamar de educação midiática, temos um primeiro e alongado momento de demonização dos meios de comunicação de massa.

Vivia-se o tempo da “leitura crítica da mídia” e, por mais que a palavra



“crítica” possa assumir diversos significados, a postura da educação formal privilegiava o “falar mal”: os interesses ocultos dos meios visavam sempre à manipulação das audiências (CITELLI, 1999). Era preciso conhecer suas artimanhas discursivas para não ser enganado pelas mensagens de jornais, revistas, rádios e, sobretudo, pela TV. A curvatura da vara nos

levaria ao polo oposto: o do receptor todo-poderoso, que decodifica as mensagens, compreende suas motivações inconfessáveis e não se deixa abalar por elas. À escola caberia, portanto, apenas abrir as portas para as mídias e suas tecnologias, celebrando a ocupação qualificada desse espaço.

O estado atual da internet evidencia que essa postura também seria um equívoco. Com a popularização das mídias sociais, a ponto de serem confundidas com a própria rede mundial de computadores, as lógicas de disseminação de informação se

modificam substancialmente.

Observa-se uma situação de oligopólio tecnológico, com a posse das principais redes nas mãos de um punhado de gigantes digitais. A sigla GAFAM – acrônimo para Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft – enumera os principais *players* desse novo mercado.

O dilema apresentado é que as novas “praças públicas da sociedade” são propriedades de empresas privadas, que estabelecem suas próprias regras e procedimentos para organizar o debate. O principal mediador atende pelo nome de “algoritmo”, a sequência de instruções de programação que define o que cada um e cada uma vai receber em suas *timelines*. São segredos industriais de desenho indefinido, mas que deixam entrever suas principais características.

Para citar algumas: a prevalência do entretenimento sobre a informação; o pendor por uma comunicação estridente e polêmica em lugar da troca serena de ideias; a virtual implosão do debate público com a clusterização da discussão em “bolhas”;



A QUALIFICAÇÃO DA MEDIAÇÃO ESCOLAR E DOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA PASSA PELO ENTENDIMENTO DA CAPACIDADE DE CONTRIBUIÇÃO ESCOLAR. DE PARTIDA, É IMPORTANTE QUE SE RECONHEÇA UMA DESVANTAGEM ESCOLAR NA SOCIALIZAÇÃO.

e a ausência de indicadores de qualidade para informação veiculada. No caso de empresas e coletivos que produzem jornalismo, vigora a mesma regra do restante da iniciativa privada: se você quer que seu conteúdo seja visto, pague. Afinal, é assim que as plataformas ganham dinheiro.

Parece distópico, e é. Uma singular estatística confere números concretos ao problema. A cada mil postagens no Facebook, apenas quatro (0,04%) possui algum *link* para conteúdo jornalístico (BENTON, 2022). Lamentar a atual situação do ecossistema comunicativo não é fazer defesa corporativista de um mercado em crise. O jornalismo é, afinal, a profissão socialmente legitimada para construir o relato do real. É de se perguntar: se não pelo jornalismo, como as pessoas têm se informado hoje em dia?

É dessa magnitude a natureza das questões que uma esfera pública dominada pelas mídias sociais impõe ao atual debate sobre competências digitais e educação midiática.

A qualificação da mediação escolar e dos equipamentos de educação e cultura passa pelo entendimento da capacidade de contribuição escolar. De partida, é importante que se reconheça uma desvantagem escolar na socialização. As metodologias tradicionais promovem a veiculação de um saber desprovido de sentido para a maioria dos alunos. Conforme Charlot (1996), os jovens estabelecem uma relação mágica com a escola, não referenciada no saber, esperando que ele adquira sentido em um futuro incerto.

A relação com a cultura digital convida a escola e as bibliotecas a

MAIS DO QUE O ACESSO, A PROPOSTA É ABRIR A DISCUSSÃO, NO AMBIENTE DE ESCOLAS E DE BIBLIOTECAS, SOBRE O CONSUMO MIDIÁTICO. É NESSE CONTEXTO QUE A EDUCAÇÃO, POR MEIO DE MEDIADORES QUALIFICADOS, PODE EXPRESSAR SUA VOZ.

repensar seu papel, suas metodologias de ensino e de mediação, seu currículo e sua relação com a cultura. Se a mídia propõe um contato rápido, sejamos lentos; se ela premia a estridência, busquemos a serenidade; se advoga pelo anti-intelectualismo, privilegiemos a razão; e se toma decisões em segredo, façamos a gestão coletiva do conhecimento.

Eis um ponto de partida: acolher as formas de produção e consumo midiático de crianças e jovens, não para celebrá-los acriticamente, mas

para analisá-los com alguma distância, de modo a questionar o que podemos aprender sobre esse conteúdo. O que vocês gostariam de investigar sobre ele? Mais do que o acesso, a proposta é abrir a discussão, no ambiente de escolas e de bibliotecas, sobre o consumo midiático. É nesse contexto que a educação, por meio de mediadores qualificados, pode exprimir sua voz.

Em termos didáticos, trata-se de discutir o “como ensinar” antes do “o que ensinar”. Para um tema tão desafiador quanto à mídia contemporânea, discutir o modelo de ensino é fundamental. Em oposição aos paradigmas tradicionais, Heloisa Dupas Penteado (2002) faz a defesa do modelo comunicacional, pautado pela partilha do processo de ensino e aprendizagem entre professores e alunos. Algumas palavras-chave do seu quadro de valores (PENTEADO, 2002, p. 37) podem nos servir de inspiração: atuação conjunta, colaboração, reflexão construtiva, flexibilidade para rever e reorientar comportamentos, corresponsabilização, comprometimento com a ação e seus resultados.

Estamos no terreno da educomunicação, mais precisamente na área de intervenção da gestão da comunicação (SOARES, 2011). É preciso planejar os programas e projetos cuidando da qualidade do ecossistema comunicacional da própria escola. Isso é tão ou mais importante quanto o investimento no âmbito mais tradicional do agir educacional, isto é, a educação midiática.

Não é apenas a concepção denunciativa em relação aos meios de comunicação que precisa ser superada, mas também a visão sobre o papel de alunos e alunas nas relações com a mídia. Mais do que receptores passivos, eles e elas se converteram em *prosumers*, junção de produtor e consumidor, ou *producers*, amálgama de produtor e usuário. É a partir dessa inserção complexa no ecossistema comunicativo que o diálogo e a reflexão devem ser construídos.

A proposta de educação para os meios do pesquisador venezuelano José Martínez de Toda y Terrero caminha nessa perspectiva (MARTINEZ DE TODA, 2001). Ao trabalhar com competências midiáticas no sentido

de conhecimento mobilizado para a prática, Toda y Terrero propõe foco em seis competências que nos auxiliam a superar a concepção excessivamente pautada na criticidade cantada em prosa e verso e em projeto pedagógico, mas raramente alcançada enquanto seu sentido mais generoso: o de formar alunos questionadores diante da realidade.

Três das competências propostas se referem à dimensão da recepção. O sujeito competente em relação às mídias é conhecedor – ou seja, alfabetizado midiaticamente, capaz de compreender as linguagens utilizadas pelos meios e as intenções nos atos de comunicação –, crítico – matizando as influências que recebe das mídias com as suas próprias e de



A ESCOLA E OS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA NÃO PODEM E NEM DEVEM ESTAR SOZINHOS NA DIFÍCIL TAREFA DE COMBATER A DESINFORMAÇÃO. PROBLEMAS SOCIAIS COMPLEXOS PEDEM UMA SOCIEDADE VIBRANTE PARA ENFRENTÁ-LOS.

outras instituições de socialização – e maduro – estabelecendo uma relação saudável com as mídias. Arriscaríamos dizer que essa última tem sido pouco trabalhada, apesar de cada vez mais necessária: é indispensável que cada um de nós – mediadores de leitura e professores incluídos – tenha maturidade para saber quando ligar e desligar as redes sociais.

Outras três competências dizem respeito à produção. O sujeito competente em relação às mídias é ativo – reconhece abusos no ecossistema midiático e sabe denunciá-los –, social – está inserido em comunidades em que as mensagens das mídias são debatidas e ressignificadas coletivamente – e criativo – sabe produzir sua própria comunicação a partir das referências que vai acumulando.

Vale lembrar que a escola e os equipamentos públicos de educação e cultura não podem e nem devem estar sozinhos na difícil tarefa de combater a desinformação. Problemas sociais complexos pedem uma sociedade vibrante para enfrentá-los. Há tarefas que cabem às plataformas, com a adequada regulação dos conteúdos; ao poder público, que define as responsabilidades das plataformas; ao mercado, na produção de mais e melhores conteúdos jornalísticos; às organizações e associações, no papel de denúncia e boicote à desinformação; e, claro, ao sistema escolar, mas não apenas a ele. Trata-se de um desafio de grandes proporções, ao qual é descabido e desproporcional imputar à educação, sempre ela, a responsabilidade por soluções. Problemas complexos exigem soluções complexas.

REFERÊNCIAS

BENTON, J. Facebook looks ready to divorce the news industry, and I doubt couples counseling will help. <<https://www.niemanlab.org/2022/06/facebook-looks-ready-to-divorce-the-news-industry-and-i-doubt-couples-counseling-will-help/>>. Nieman Lab, 16 de junho de 2022.

CHARLOT, B. Da relação com o saber – elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 1996.

CITELLI, A. Comunicação e educação: a linguagem em movimento. Senac, 1999. 857359098X.

MARTINEZ DE TODA, J. Avaliação de Metodologias na Educação para os Meios. Comunicação & Educação. São Paulo: ECA-USP/Segmento: 61-76 p. 2001.

PENTEADO, H.D. Comunicação escolar – uma metodologia de ensino. São Paulo: Salesiana, 2002.

PINHEIRO, M. M. K.; BRITO, V. D. P. Em busca do significado da desinformação. DataGramZero – Revista de Ciência da Informação v.15, n. 6, Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/51758>.

PRAZERES, M.; RATIER, R. O fake é fast? Velocidade, desinformação, qualidade do jornalismo e media literacy. Estudos em Jornalismo e Mídia, 17, n. 1, p. 86-95, 2020.

ROMERO-RODRIGUEZ, L.; DE-CASAS, P.; PEDREIRA, M. Desinformación e Infoxicación en las cuartas pantallas. In: Competencias mediáticas en medios digitales emergentes. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2018. p. 73-92.



SOBRE O AUTOR

RODRIGO RATIER

Colunista de educação do UOL e professor do curso de jornalismo na Universidade de São Paulo (USP). É doutor e mestre em Educação pela USP. Em mais de duas décadas de experiência jornalística, trabalhou em veículos como Galileu, Mundo Estranho, Superinteressante e Nova Escola. Dedicou-se à pesquisa de *fake news* e desinformação. É um dos criadores e gestores do Vaza, Falsiane!, curso *online* contra *fake news*.



O Último Livro do Mundo: uma ficção sobre a cultura digital¹

ANDRÉ LEMOS
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA

Vou começar com uma história ficcional, que, como todas, fala do passado, do presente e do futuro. Histórias são sempre narrativas compartilhadas, reescritas pelos leitores e pelos críticos, como algoritmos que hoje tomam conta da cena na atual cultura digital. Ambos, para performarem, precisam ser reescritos. Temos aqui uma de suas dimensões ético-políticas (AMOORE, 2020). Narrativas criam mundos, e precisamos de mundos para habitar. Urgem, portanto, boas narrativas.

Estamos em 2222, em um país localizado no que chamávamos, em 2022, de Sul Global – essa perspectiva parece ter sido apagada pelo entendimento de que todos habitamos a Terra, que é ela o globo do Global, e não mais o Global como uma dimensão econômica que divide norte e sul. Nesse momento, as mídias de massa e as que nos referimos de forma curiosa como mídias sociais – como se alguma mídia não fosse social –, os celulares e os computadores, como conhecíamos em 2022, não existem mais.

1. O título deste artigo, inédito e escrito para a 13ª edição do Seminário Internacional Biblioteca Viva Culturas Digitais: Movimentos e Possibilidades, toma emprestado o argumento e a história contada no “O Último Livro do Mundo” (Lemos & Manu, 2013).

Agnes descobre, por meio de uma conversa com outra menina, de outro lugar, interagindo pelos *biblios*, que existe na sua cidade o último exemplar de um livro impresso que ainda não tinha sido recolhido para servir como amostra em algum tipo de museu. Ela e alguns amigos decidem, então, procurar esse último livro impresso não lido do mundo, que estaria escondido no subsolo de uma cafeteria que, até 2022, era uma antiga biblioteca.

Não há mais bibliotecas, e elas já estavam começando a lutar para não se extinguirem em 2022. Assim como

as livrarias, transformadas há mais de 200 anos em *shoppings* e cafeterias, ou em clubes de tiros, não há mais livros impressos, a não ser relíquias em museus, como a Bíblia de Gutenberg ou *The Book of Kells*, alguns exemplares feitos por encomenda. No entanto, todas as histórias e narrativas da ciência ou da ficção estão disponíveis livremente para todos no *biblio*. Os jovens em 2222, diferente do que poderiam pensar os mais pessimistas em 2022, leem muito. E escrevem muito também.

A era dos *blogs*, do Twitter e do Facebook no século XXI deixou como legado uma geração que lê e escreve mais do que os avós. Em um primeiro momento, eles escreviam, mas foram aos poucos reduzindo seus textos a polarizações superficiais e a narrativas curtas. A cultura digital se inicia como uma grande utopia da conexão e do compartilhamento.

Em 1990, falava-se de inteligência coletiva, conectiva, potência da colaboração. Em 2000, com a Web 2.0, surgem *blogs* de comunidades virtuais e a possibilidade de que qualquer um poderia escrever

A ERA DOS BLOGS, DO TWITTER E DO FACEBOOK NO SÉCULO XXI DEIXOU COMO LEGADO UMA GERAÇÃO QUE LÊ E ESCREVE MAIS DO QUE OS AVÓS. EM UM PRIMEIRO MOMENTO, ELES ESCREVIAM, MAS FORAM AOS POUCOS REDUZINDO SEUS TEXTOS A POLARIZAÇÕES SUPERFICIAIS E A NARRATIVAS CURTAS.

seu próprio conteúdo e publicar (LEMOS, 2002). Parecia que a era do desconhecimento e do retrocesso estava, por fim, enterrada. Em 2010, as redes sociais permitiram uma grande amplificação das vozes. A Primavera Árabe, último respiro da utopia da cibercultura, parecia apontar para o fim das ditaduras e do autoritarismo. Ou seja, a cultura parecia se emancipar, com a ajuda das tecnologias de ampla conexão.

Mas, a partir da segunda metade da década de 2010, uma sociedade de plataformas digitais, dominadas por poucas empresas privadas, instituiu uma ampla e irrestrita captação de dados pessoais (dataficação), constituiu um capitalismo de vigilância mundial sem precedentes, com sistemas que monitoram, vigiam e controlam a vida social para gerar ações comerciais, políticas e sociais com interesses particulares, colocando a lógica da colaboração e da cooperação em suspenso (LEMOS, 2021b).

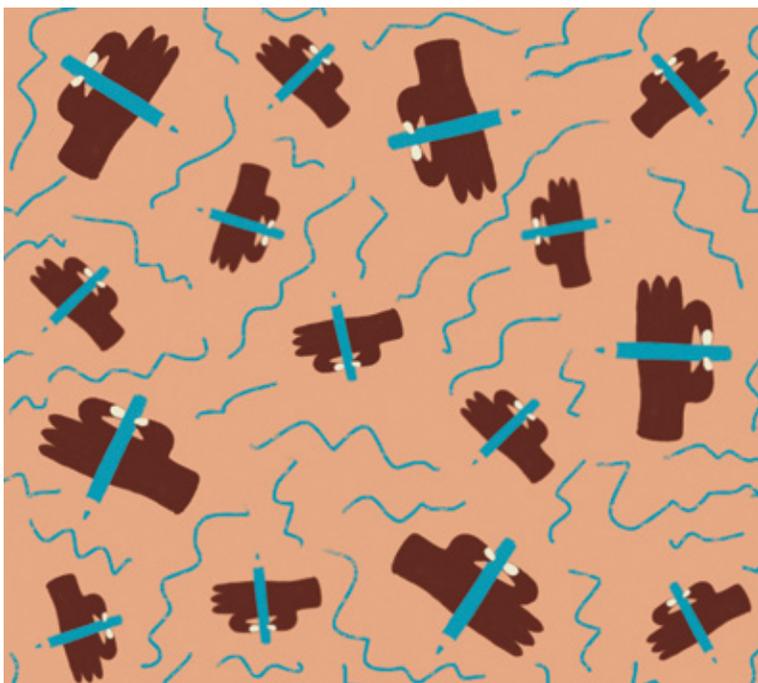
Polarização política, *fake news*, ondas conservadoras sobre comportamentos e ideias, autoritarismo, violência homofóbica,



misógina e racista emergem em muitos países do sul e do norte. O que parecia aniquilado pela força da inteligência coletiva (LÉVY, 2004) e da conexão mundial transformou-se, com a ajuda dessa conexão, em violência física e simbólica, em controle das liberdades e do pensamento. O “comum” estava em ruínas. Pandemias apareceram como se fossem a versão biológica do mal sociopolítico (LEMOS, 2021a).

Em 2022, era preciso resgatar o sonho da cooperação, da conexão, das narrativas que abririam mundos possíveis. No entanto, em 2030, veio o grande colapso. Países não conseguiram manter os índices prometidos de controle sobre as emissões de carbono, gerando a tão temida catástrofe climática do

Antropoceno; guerras arcaicas e territoriais reapareceram e permaneceram, primeiro na Ucrânia, mas espalharam-se por toda a Europa; a destruição dos laços sociais pelas plataformas e a vigilância algorítmica do capitalismo global de dados (ZUBOFF, 2021) chegaram a níveis tais que o planeta entrou em colapso econômico, social, tecnológico. Não parecia haver nada que pudesse ser



feito para recuperar a vida humana na Terra.

Como essa geração, que chegou em 2222, superou o grande colapso de 2030 não se sabe muito bem. Mas, certamente, eles entenderam que aquela sociedade de plataformas, que se constituía como a nova infraestrutura da vida contemporânea em 2022, não era libertadora ou emancipadora, que estavam vivendo em um amplo domínio social por rastreamento de dados (econômico, social, político, industrial), que o controle empresarial por grandes conglomerados privados (Estados Unidos e China) precisava ser regulado, que os algoritmos deveriam ser auditáveis e interrogados sobre suas ações a partir das dimensões ético-políticas por eles engendradas (precisamos de carros que dirigem sozinhos?, de câmeras de reconhecimento facial no espaço público?, de recomendação algorítmica em todos os sistemas?). Perceberam que a esfera pública midiática estava sendo esfacelada por *fake news* e debates rasos e violentos, por estruturas de vigilância de dados

ameaçando a vida privada, gerando mudanças significativas nas formas de trabalho, por governos agora reféns de uma tecnocracia dos algoritmos, uma “algocracia” (DANAHER, 2016).

Com o fim do que era chamado de rede social naquele ano, os jovens começaram a escrever mais e mais. E a ler, mais e mais. Seria a linguagem escrita e a leitura como um vírus que estava adormecido e acordou?

Agnes ouviu dizer que o livro perdido na cafeteria apontava para novas catástrofes, agora impensadas pelo estado de Pax Technica (HOWARD, 2015), sociais e ambientais alcançadas. Estaria ele perdido, ou teria sido propositalmente escondido?

Sabe-se, claro, que a catástrofe do Antropoceno, o limite da sociedade de plataformas e do capitalismo de vigilância e as guerras territoriais arcaicas de 2022 levaram a uma mudança de ação por parte de uma nova geração, que buscava sair desse imbróglio pelo afastamento das plataformas de redes sociais e pela criação de formas próprias de produção de conteúdo. Não se sabe muito bem como, mas as novas

COM O FIM DO QUE ERA CHAMADO DE REDE SOCIAL NAQUELE ANO, OS JOVENS COMEÇARAM A ESCREVER MAIS E MAIS. E A LER, MAIS E MAIS. SERIA A LINGUAGEM ESCRITA E A LEITURA COMO UM VÍRUS QUE ESTAVA ADORMECIDO E ACORDOU?

gerações buscaram, na escrita e na leitura, nas narrativas mais longas, um refúgio. As ideias voltaram a florescer.

Os novos dispositivos – celulares, *tablets* e leitores de *e-books* –, que no início do século XXI serviram para mensagens curtas, *fake news* e ódio em redes sociais privadas, desapareceram, transmutados em *biblios*, novos dispositivos ubíquos em redes federadas públicas que facilitaram não só o acesso aos textos, como também a produção deles. *Biblio* era o novo “ciberespaço”, palavra que desapareceu, talvez por guardar a ideia de controle vinda da cibernética.

Como seu termo original – um espaço de armazenamento de informação, de livros, que depois virou



O MUNDO PADRONIZADO PELA LÓGICA ALGORÍTMICA DEU LUGAR A UM PENSAMENTO DE MÚLTIPLAS E EMANCIPADORAS NARRATIVAS.

o próprio livro –, *biblio* era ao mesmo tempo meio e dispositivo para acessar informações. Era o que se entendia agora como bibliotecas e livrarias, um local de grande circulação de textos canônicos e produzidos colaborativamente em profusão. Também fomentador de encontros presenciais da cultura. O metaverso, mais um devaneio para tirar os pés da

terra, ficou para trás como um delírio, que começou com o finado “Second life” e terminou com o fracasso de Zuckerberg em 2030.

Agora, nem se fala mais de *online* e *offline*, já que essa diferença caiu definitivamente em desuso – embora tenha voltado com força em 2020 por causa da pandemia. O hibridismo imperou em todas as áreas como uma forma de reconhecimento de modos diversos de existência. O mundo padronizado pela lógica algorítmica deu lugar a um pensamento de múltiplas e emancipadoras narrativas que reivindicavam a circulação das palavras, não como lógica performativa de resultados e que reduzia a complexidade do mundo, como era na época da sociedade de plataformas, mas como seres da transformação.

Plataforma agora tinha o sentido de lugar para saltar e se libertar. E o *biblio* está embutido nas coisas, nos objetos comuns. As conexões se dão pelas coisas (tudo virou máquina de comunicar) disponíveis em qualquer lugar. Tudo comunica. Esse era um fator novo na história das narrativas,

uma comunidade de leitores e escritores viva, em expansão planetária, autônoma, independente, respeitosa das liberdades, dos outros seres da Terra e de outros modos de existência material ou espiritual.

Em 2222, estamos em um ambiente totalmente imersivo de conexão e contato. Não faz sentido falar em nuvens, outra ideia celeste de 2022 para tirar os pés da terra. Na realidade, a nuvem era um *datacenter*, consumindo água e energia não renovável. O *biblio* está no corpo, nos objetos, na terra! As interfaces desapareceram e toda conexão e interação informacional se dá por meio das coisas. Chegamos ao ápice da cultura da conexão aterrada a uma "interface zero". Não existem mais Facebook ou Twitter, não tem mais livros, jornais ou revistas de papel. Não há mais celulares, *tablets* e computadores. Só há *biblios*, objetos que desempenham funções infocomunicacionais acopladas a todos os outros objetos, como uma superestrutura ubíqua, como árvores interligadas por fungos em uma floresta de dados. É como se tudo

virasse livro e biblioteca, e o conhecimento e a cultura florescessem em todos os lugares do planeta!

A cafeteria continua sendo o símbolo da sociabilidade no espaço público, assim como praças, escolas, cinemas. Agnes quer recuperar esse livro perdido e ver que história estaria sendo contada sobre o seu futuro, esse ímpeto universal e a-histórico da humanidade: para onde vamos? O último livro do mundo está no porão, escondido nos vestígios de uma biblioteca do século XVII. Agnes e dois amigos encontram no porão um poeta, um profeta com o livro na mão, lendo. Eram versos:

O poema dizia que ele havia passado a vida escrevendo uma história com começo e final, mas nunca que conseguira escrever o meio da história. Aquilo era estranho [...]. Quando os três se deram conta, eles eram os únicos a seguir aquele profeta, digo, poeta. [...] puderam então sentir o cheiro de livro velho que emanava daquele homem, e pediram para o poeta lhes mostrar que livro era aquele que ele carregava no pescoço. O homem então, sem dizer nada, fez um gesto e abriu o livro bem na metade. Então eles puderam ver que justo naquele lugar havia uma página rasgada (Lemos, Maltez, Lacaz, p. 33-34).

O expresso para 2222 é a utopia de um mundo em que modos de existência diversos sobrevivem, em que seres da ficção (LATOURE, 2013), como a música, a literatura, o cinema e as artes em geral, salvaram o planeta por permitirem, enfim, que os humanos aterrissassem e se reconhecessem não como senhores da Terra, mas como terráqueos, como os outros seres, produzindo narrativas libertadoras.

Para pegar esse expresso que nos levará ao ano 2222, se tivermos sorte,

devemos ficar com os problemas – sem nostalgia do passado, ou utopias futuristas – para enfrentar o presente e revelar nosso destino coletivo, como diz Donna Haraway (2016). Reconhecer os problemas do Antropoceno, do antropocentrismo, da sociedade de plataformas, do capitalismo de vigilância, da *performance* dos algoritmos que “criam” um mundo é o primeiro passo. Talvez a geração de Agnes tenha feito isso. Nunca saberemos, pois falta a página do meio.

REFERÊNCIAS

AMOORE, L. (2020). *Cloud ethics: Algorithms and the attributes of ourselves and others*. Duke University Press.

DANAHER, J. (2016). The Threat of Algocracy: Reality, Resistance and Accommodation. *Philosophy & Technology*, 29(3), 245–268. <https://doi.org/10.1007/s13347-015-0211-1>

HARAWAY, D. J. (2016). *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press.

HOWARD, P. N. (2015). *Pax technica: How the internet of things may set us free or lock us up*. Yale University Press.

LATOURE, B. (2013). *An inquiry into modes of existence: An anthropology of the moderns*. Harvard University Press.

LEMOS, A. (2002). Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Sulina.

LEMOS, A. (2021a). A tecnologia é um vírus: Pandemia e cultura digital. Editora Sulina.

LEMOS, A. (2021b). Dataficação da vida. Civitas – Revista de Ciências Sociais, 21(2), 193–202. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>

LEMOS, A., & MANU, M. (2013). O Último Livro do Mundo. Sesc.

Levy, P., & Costa, C. I. da. (2004). As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática. Editora 34.

ZUBOFF, S. (2021). A Era do Capitalismo de Vigilância – Editora Intrínseca.



SOBRE O AUTOR

ANDRÉ LEMOS

Prof. titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Dr. em Sociologia (Université René Descartes, Sorbonne), mestre em Política de Ciência e Tecnologia (UFRJ) e engenheiro mecânico (UFBA). Pesquisador do CNPq e diretor do Lab404. É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital; da Cátedra Julian Assage de Tecnopolítica e Cultura Digital; da External Advisory Committee of DigiMedia e do Advisory Board Journal of Digital Media & Interaction (Universidade de Aveiro, Portugal). Publicou 17 livros e diversos artigos sobre comunicação e sociologia, cultura digital e cibercultura.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rodrigo Garcia

Governador do Estado

Sérgio Sá Leitão

Secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado

Rogério Custodio de Oliveira

Secretário Executivo de Cultura e Economia Criativa do Estado

Frederico Maia Mascarenhas

Chefe de Gabinete de Cultura e Economia Criativa do Estado

Christiano Lima Braga

Coordenador da Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura

SP LEITURAS

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA

Conselho de Administração

Arnaldo Spindel (Presidente)
Afonso Borges (Vice-presidente)
Giovanna Carvalho Sant'Ana
(Representante dos funcionários)
Marcelo Tas
Marino Lobello
Marisa Barros de Moura
Ricardo de Medeiros Ramos Filho
Ude Baldan
Valéria Martin Valls

Conselho Fiscal

Flávio Mendes Bitelman

Diretor Executivo

Pierre André Ruprecht

Diretor Administrativo-financeiro

Miguel Martin Gutierrez Filho

Superintendente de Biblioteca

Sueli Regina Marcondes Motta

Gerente de Programas e Projetos

Giovanna Sant'Ana

Gerente de Projetos/BibliON

Joaquim Alfredo Bento Matusse

Gerente de Acervo

Hosana de Moraes Santos

Gerente de Comunicação

Acácia Berlese de Matos Dourado

Gerentes de Programação e Produção

Genésio Manoel e Silva

Priscila Gualberto Veras Ynoue

Gerente de TI

Marcos Moreira Oliveira Coelho

Gerente Administrativo-financeira

Silmara Baltazar Novo

Gerente de Infraestrutura

João Conde



ISBN: 978-65-89169-27-7

